



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**O CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL: Um estudo sobre as feiras-livres de Arapiraca, AL**

DANIELLE VITURINO DA SILVA

Araras-SP

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**O CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL: Um estudo sobre as feiras-livres de Arapiraca, AL**

DANIELLE VITURINO DA SILVA

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras-SP

2020

Silva, Danielle Viturino da

O circuito curto de comercialização para o desenvolvimento rural: um estudo sobre as feiras-livres de Arapiraca, AL / Danielle Viturino da Silva -- 2020. 76f.

**Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Janice Rodrigues Placeres Borges
Banca Examinadora: Janice Rodrigues Placeres Borges, Marta Cristina Marjotta Maistro, Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa
Bibliografia**

1. Feira livre. 2. Agricultura familiar. 3. Mercados. I. Silva, Danielle Viturino da. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

**Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083**

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE
DANIELLE VITURINO DA SILVA
APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM 27 de MAIO DE 2020.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a DRA. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES
ORIENTADORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS


1^a Prof.^a DRA. MARTA CRISTINA MARJOTTA MAISTRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS


2^a PROF. DR. LUCIANO CELSO BRANDÃO GUERREIRO BARBOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por minha vida, pela força e coragem para superar todos desafios, não somente nestes anos como estudante-pesquisadora, mas em todos momentos.

Durante o período de elaboração da dissertação, tive que abdicar da convivência dos entes queridos, para a realização das leituras e escritas. Ao tempo, agradeço a todos pela compreensão para comigo nesses momentos de reclusão, pois sei, que por várias vezes, acabei deixando de lado momentos e datas especiais.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento rural (PPGADR). Todos, sem exceção, contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional. Em especial, a minha orientadora Janice Borges, que desde início se dispôs a me ajudar e aconselhar ao longo deste mestrado.

Agradeço ao meu professor e ex-orientador Luciano Barbosa da graduação, pelo incentivo e apoio para a inscrição nesse programa de pós-graduação, posso dizer, que sem o apoio dele e da minha companheira de estudos Kleciane Nunes, talvez não tivesse ido em frente na inscrição para o processo seletivo e embarcado para São Paulo para cursar o programa.

A todos os colegas de mestrado, pelos momentos de estudos, de alegria e descontração. Todos foram essenciais para encarar um ano longe de casa, e para encarar algumas disciplinas que fugiam totalmente da minha área de formação.

Agradeço a Araras-SP, a cidade que me acolheu tão bem durante um ano, nessa cidade vivenciei momentos incríveis que levarei por toda minha vida.

Em especial, agradeço aos meus pais, principalmente, minha mãe Luciana Viturino por acreditar tanto em mim, até mesmo quando eu mesmo não acreditei, ela sempre esteve comigo, me apoiando e dizendo que eu conseguiria. Te amo, mãe.

Agradeço a Kleciane Nunes, minha companheira de estudos, de apartamento, de confidências, de vida, você também foi muito importante nessa jornada, obrigada por tudo, até pelos momentos de discussões, risos.

Aos agricultores familiares participantes da pesquisa, que se dispuseram a participar da entrevista, colaborando para a realização da mesma. Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

“Não se trata de uma feira que se estabeleceu numa cidade. Mas uma cidade que se formou em torno de uma feira. Desde que Arapiraca é Arapiraca, todas as segundas-feiras, certo como é o nascer do sol, era também os ruídos de marteladas e o trote de mulas com suas cargas rangentes, o burburinho de vozes acordando mais cedo os moradores das ruas do centro.

Dezenas, centenas de rostos anônimos, desconhecidos e ao mesmo tempo familiares. Gente de Arapiraca, de Palmeira (dos Índios), de Lagoa da Canoa, de Limoeiro de Anadia, gente da cidade e gente do sítio, gente de perto e gente de longe, gente que cresceu frequentando a feira e gente que eu vi um pouco mais velha a cada segunda-feira.

O cheiro-verde do coentro fresquinho e ainda molhado de orvalho, o cheiro forte do fumo, o cheiro azedo da massa puba, todos os cheiros e fedores da feira, o desarrumar das cargas para arrumar as bancas, um caos buscando organizar-se. Era como música.”

Hermeto Pascoal

O CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: Um estudo sobre as feiras-livres de Arapiraca, AL

Autora: DANIELLE VITURINO DA SILVA

Orientadora: Profa. Dra. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

RESUMO

O circuito curto de comercialização, apesar de ainda está em fase de consolidação do quadro teórico, no Brasil, possui várias iniciativas locais, nacionais e internacionais documentadas. Para contexto de estudo, considera-se o circuito curto de comercialização como espaço responsável por transações diretas, que envolvem valores monetários ou não, onde se tem, a presença de até um intermediário. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre como o circuito curto de comercialização (CCC) contribui para o desenvolvimento rural, tendo como referencial empírico as denominadas “Feiras Populares Da Agricultura Familiar”, localizadas no município de Arapiraca, no agreste alagoano. Para isso, optou-se pelas abordagens quantitativa e qualitativa, sendo traçadas várias etapas: i) revisão bibliográfica centrado em cinco temáticas: sistema agroalimentar moderno, circuitos curtos de comercialização, feiras livres, agricultura familiar e técnicas de pesquisa; ii) visitas de reconhecimento às áreas de estudos, ou seja, às duas feiras do município, iii) construção do instrumento de coleta de dados primários e seu pré-teste, iv) pesquisa de campo, com aplicação de questionário, realização de entrevistas gravadas e observações diretas *in loco*. Como resultado, verificou-se que as feiras-livres estudadas se apresentam como importante espaço de comercialização, por serem os espaços que possibilitam a venda direta dos produtos, sem presença de intermediários, tal cenário, gera maior autonomia financeira aos agricultores e agricultoras familiares. Por fim, pode-se dizer que essas vendas diretas, ainda possibilitaram uma amplitude na rede de contatos dos feirantes e a construção de relações pautadas em confiança e reciprocidade entre produtor e consumidor.

Palavras-chave: Feira livre; agricultura familiar; mercados; desenvolvimento rural

**THE SHORT CIRCUIT OF COMMERCIALIZATION FOR RURAL DEVELOPMENT:
A study on the fairs of Arapiraca, AL**

Author: DANIELLE VITURINO DA SILVA

Adviser: Prof.^a Dra. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

ABSTRACT

The short commercialization circuit, although still in the consolidation phase of the theoretical framework, in Brazil, has several documented local, national and international initiatives. For the study context, the short commercialization circuit is considered a space responsible for direct transactions, which involve monetary values or not, where there is, the presence of even an intermediary. In view of the above, the objective of this work is to carry out a study on how a short commercialization circuit (CCC) contributes to rural development, having as an empirical reference the so-called “Popular Fairs of Family Farming”, located in the municipality of Arapiraca, in the countryside of Alagoas. For this, the quantitative and qualitative approaches were chosen, with several steps outlined: i) bibliographic review centered on five themes: modern agri-food system, short marketing circuits, open markets, family farming and research techniques; ii) recognition visits to the study areas, that is, to the two fairs in the municipality, iii) construction of the primary data collection instrument and its pre-test, iiiii) field research, with the application of a questionnaire, conducting recorded interviews and direct observations on the spot. As a result, it was found that the fairs studied are presented as an important commercial space, as they are the spaces that enable the direct sale of products, without the presence of intermediaries, this scenario generates greater financial autonomy for farmers and family farmers. Finally, it can be said that these direct sales, still enabled an amplitude in the network of contacts of the marketers and the construction of relationships based on trust and reciprocity between producer and consumer.

Keywords: Street fair; family farming; markets; rural development.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Itens vendidos pelos agricultores da Feira Popular da Agricultura Familiar.....	58
Gráfico 2 Canais de comercialização acessados antes e depois da Feira Popular da Agricultura Familiar	59
Gráfico 3 Avaliação das feiras pelos agricultores (as) familiares.....	64

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Sexo, idade e escolaridade dos feirantes das feiras livres da agricultura familiar em Arapiraca, AL, 2019	55
Tabela 2 Posse da terra, local de moradia e renda familiar dos feirantes das feiras livres da agricultura familiar em Arapiraca, AL, 2019	56
Tabela 3 Perspectiva de sucessão na atividade de feirantes nas feiras da agricultura familiar em Arapiraca, AL, 2019	56/57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Tipologia de Circuitos Curtos	24
Figura 2 Agricultura familiar e os mercados de alimentos	40
Figura 3 Tradicional feira livre localizada em rua do comércio, entre a entrada para o alto do cruzeiro e a igreja de Arapiraca-AL	43
Figura 4 Tradicional feira-livre de Arapiraca, AL	47
Figura 5 Mapa do estado de Alagoas	48
Figura 6 Feira Popular da Agricultura Familiar, localizada no Parque Municipal Ceci Cunha	53
Figura 7 Feira Popular da Agricultura Familiar, localizada no Garden Shopping.....	54
Figura 8 Circuitos Curtos acessados pelos Agricultores familiares.....	61
Figura 9 Características da relação Circuitos Curtos e Agricultores Familiares	68

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Principais oportunidades e dificuldades para os produtores e consumidores em Circuitos Curtos de Comercialização	30/31
--	-------

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1	SISTEMA AGROALIMENTAR MODERNO.....	18
2.2	CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO CURTOS	24
2.3	A FEIRA LIVRE E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA NO NORDESTE	33
2.4	FEIRA LIVRE COMO CANAL PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
2.5	DO SURGIMENTO AOS DIAS ATUAIS DA TRADICIONAL FEIRA LIVRE EM ARAPIRACA, ALAGOAS	43
3.	MATERIAL E MÉTODOS	48
3.1	Área de estudo	48
3.2	Materiais e procedimentos	50
3.2.1	Pesquisa de campo	50
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
4.1	Caracterização das duas feiras da agricultura familiar	53
4.2	Caracterização dos feirantes	55
4.3	Funcionamento do circuito curto de comercialização	57
4.4	Percepção dos agricultores e agricultoras sobre a feira-livre	63
4.5	Circuitos curtos e sua relação com os agricultores familiares.....	65
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS.....	72

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as discussões do ponto de vista teórico, para conceituar os circuitos curtos de comercialização (CCC), estão avançando. Contudo, ainda carecem de mais estudos, devido ao variado número de experiências por todo o país. Em 2015, Duarte e Thomé em seu estudo sobre o estado da arte, na academia brasileira, foram encontrados apenas dezessete trabalhos que abordavam de forma direta, indireta e geral sobre circuitos curtos (CC).

Dando continuidade aos esforços de pesquisa de Duarte e Thomé (2015), outro estudo sobre a caracterização dos CC, foi realizado por Canellas e Alves (2017). Nesse caso, os estudos foram direcionados para o âmbito internacional, logo, o objetivo difere da primeira pesquisa, coincidentemente, o número de trabalhos analisados são praticamente os mesmos, nos estudos brasileiros foram encontrados dezessete e nos internacionais dezoito. Dentre os resultados, algo que merece destaque são referentes as datas que se iniciaram as pesquisas, no âmbito internacional, os primeiros estudos ocorreram em 2000, e no Brasil, em 2008.

Diante dos resultados acima, vale apontar que os trabalhos científicos, em geral, não abordam as fundamentações teóricas sobre o CCC como um guarda-chuva de discussão. Há uma gama variada de discussões que estão circunscritas ao CCC, como: sistema agroalimentar localizado, sistemas produtivos localizados, mercados de proximidade, mercados institucionais, CSA (comunidade que sustenta a agricultura) e sistemas de venda direta ao consumidor. Se debatermos a luz da economia solidária, haverá outras perspectivas, como as moedas sociais e o bem-viver.

Tendo em vista, que o conceito sobre CCC ainda é vago, nesse trabalho será empregado que o termo CCC se baseiam nos modos de troca e circulação das mercadorias em comércio justo e solidário tanto para os produtores como consumidores, podendo ter a presença de até um intermediário. Assim, pode-se dizer que nos CC as vendas são realizadas tanto diretamente como indiretamente.

No Brasil, a comercialização em CC está relacionada em desenvolver práticas de reciprocidade por meio do contato direto entre o produtor e consumidor, através de feiras, cestas a domicílio, venda à beira de estradas ou contatos indiretos (quando há um único intermediário) por meio de lojas especializadas, associações e

cooperativas, programas governamentais (como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)), entre outros.

Os estudos já realizados, revelaram a existência de diversas iniciativas e formas de circuitos curtos de comercialização. Essas tendências estão sendo desenvolvidas em linha de demanda por produtos saudáveis, como podem ser observados nos trabalhos de Schneider, Darolt e Lamine, que são mencionados por Duarte e Thomé (2015) como os principais autores que publicam direta ou indiretamente a respeito de políticas públicas alimentares que envolvem a agricultura familiar e cadeias curtas de fornecimento de alimentos.

Diante desse breve quadro teórico, para situar o leitor na problemática ‘CCC e agricultura familiar no agreste alagoano’, o presente estudo apresenta dados e algumas reflexões críticas sobre o circuito curto de comercialização (CCC), tendo como referencial empírico as denominadas “Feiras Populares da Agricultura Familiar”, realizadas no município de Arapiraca, no agreste alagoano, assim como, sobre a participação e percepção dos agricultores familiares sobre essas feiras. Estudos acadêmicos como os citados acima vêm sendo desenvolvidos sobre o CCC, porém, nesses estudos, a percepção de agricultores e agricultoras nesse universo e sobre esse universo das feiras não costumam ser destacadas, assim, busco compreender como as feiras podem representar para esses agricultores (as), não somente do ponto de vista da comercialização e como se identificam nesse contexto, sendo agentes ou não da construção de um novo momento para as feiras livres estudadas, assim como, se são agentes ou não na construção e fortalecimento desse CCC, do qual participam.

Ainda como estudante do Curso de Ciências Econômicas Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, Santana do Ipanema, AL, interessei-me pelo tema feira-livre e agricultura familiar, porque ao longos das discussões feitas em sala de aula, e no Centro de Estudos em Ecodesenvolvimento, Ruralidades, Gestão a qual participei, pude perceber o quão importante os agricultores familiares são para o abastecimento interno de alimentos e empregabilidade no campo, ainda mais numa perspectiva local, a partir disso, observei que muitos agricultores (as) buscam a feira como mercado para comercializarem seus produtos. Logo, quis me aprofundar e vivenciar experiências voltadas para esse âmbito, foi daí que surgiu o

interesse de estudar as duas feiras da agricultura familiar realizadas em Arapiraca, minha cidade natal.

Assim sendo, o objetivo geral desta dissertação é realizar um estudo sobre como o circuito curto de comercialização (CCC) contribui para o desenvolvimento rural, tendo como referencial empírico as denominadas “Feiras Populares Da Agricultura Familiar”, localizadas no município de Arapiraca, no agreste alagoano. Este objetivo geral, foi alcançado por meio dos seguintes objetivos específicos:

- i) Caracterização das duas feiras da agricultura familiar;
- ii) Caracterização dos agricultores(as) familiares (feirantes);
- iii) Funcionamento do circuito curto de comercialização;
- iv) Percepção dos agricultores e agricultoras sobre a feira-livre;
- v) Circuitos curtos e sua relação com os agricultores familiares.

Assim, a partir dos resultados obtidos, espera-se contribuir para o debate científico acerca dos CCC como canal de comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, que se constitui como estratégia para o desenvolvimento rural local, além de organizar-se em um ambiente favorável à inclusão social e econômica dos agricultores familiares, principalmente, os que estão à margem dos sistemas produtivo e comercial.

Essa visão resumida e introdutória serve como arcabouço para uma prévia discussão sobre a importância do presente estudo.

Início está dissertação com uma revisão da literatura específica sobre as questões teóricas que fundamentam as bases de construção social sobre os mercados.

Na sequência, conceitua os CCC e seu desenvolvimento.

Na terceira parte, apresento um breve resgate histórico das feiras e a importância das feiras para o Nordeste e adentro na discussão sobre o CC escolhido para estudo: a feira-livre. Enquanto que, na quarta parte, a discussão recaí, numa perspectiva de circuitos regionais voltados para a distribuição, nas feiras-livres e sua importância como canal de comercialização para agricultores(as) familiares. Na quinta parte, apresento a trajetória histórica da feira-livre no município de Arapiraca. Posteriormente, são apresentados os materiais e métodos utilizados para a realização dessa pesquisa e, também, são apresentadas as áreas de estudo, ou seja, as duas feiras-livres. Em seguida, apresentam-se os resultados e as principais

discussões sobre como ocorre a relação entre CCC e os agricultores (as) familiares locais; como são desenvolvidas as atividades agrícolas; a contribuição das práticas produtivas sustentáveis para bem-estar dos agricultores e agricultoras familiares; as percepções sobre os impasses encontrados no processo de comercialização (escoamento) da produção orgânica e/ou convencional.

Por fim, são tecidas as considerações finais deste estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo é dividido em cinco partes. A primeira e a segunda proporcionam o levantamento do assunto pesquisado, de forma a enquadrar o problema da pesquisa. Enquanto a terceira destaca os conceitos-chave para compreender o universo empírico estudado. Na quarta se discute como ocorre a relação agricultor familiar e CC. Por último, na quinta parte apresenta-se o contexto histórico da feira-livre na cidade de Arapiraca-AL.

2.1 SISTEMA AGROALIMENTAR MODERNO

Dentro da discussão da importância da agricultura brasileira, faz-se necessário entender a questão dos mercados e sua relação com a agricultura familiar. Assim, ao longo desta seção buscou-se promover discussões no que tange o sistema agroalimentar moderno numa perspectiva de abordar o funcionamento das cadeias de comercialização longas.

O debate com relação ao lugar dos mercados, é marcado por muitas controvérsias. Das quais, destacam-se aqui duas; a primeira engloba o sistema agroalimentar como o modelo padrão a ser seguido, onde há predominância da produção capitalista e crescente restrição no que se refere as normas de qualidade.

No outro lado, tem-se parte da população que acredita em possível transformação das relações de produção, distribuição e consumo, que por sua vez, ao contrário do sistema dominante, nesse caso seriam seguidas algumas premissas, como práticas produtivas que respeite a sustentabilidade ambiental, como também valores sociais, culturais e éticos.

No que tange ao sistema agroalimentar dominante Maluf (2004) aborda que a análise das cadeias agroalimentares demonstrou restrições existentes e padrões cada vez mais severos, que acaba dificultando a entrada de pequenos produtores nos mercados.

Nesse contexto, Triches e Schneider destacam que:

Em um mundo de contradições e contrassensos o descolamento entre a produção e o consumo de alimentos soma-se às contradições mais evidentes. Por um lado, as décadas finais do século XX assistiram à formação de um sistema agroalimentar que logrou sua internacionalização e hoje influencia a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, chegando ao estágio de ditar dietas alimentares para amplos estratos da população urbana. (2015, p. 58).

Ainda segundo Triches e Schneider (2015, p.60) dentro do campo do sistema agroalimentar global há uma hegemonia que provoca o distanciamento de quem produz e quem consome, isso por sua vez, gera consequências para ambos. Para os autores, “Esta dicotomia explicativa compunha um modelo de desagregação e distanciamento entre os campos da produção e consumo, refletindo uma real distância empírica entre eles, incentivada pelo modelo de desenvolvimento pautado na modernização agrícola.”. Diante desse contexto, Silva (2016) aponta que a consolidação desse sistema, resultou na fragilidade dos ecossistemas, com o aumento dos custos ambientais, mas também na relação dos alimentos com a sociedade em geral.

Ou seja, os produtos agrícolas passaram a ser consideradas matéria-prima, já que seu processo final antes de chegarem nas mesas da sociedade, passam pelas mãos da indústria, e não mais dos agricultores, assim, cada vez mais as relações são de impessoalidade, com isso, os consumidores pouco sabe sobre a origem dos produtos consumidos (SILVA, 2016).

Perez-Cassarino (2012, p. 29) aborda que o modelo agroalimentar dominante também traz consequências no que tange ao próprio meio rural, como concentração das atividades produtivas, predomínio do capital, e restrições na participação de pequenos agricultores. O autor ressalta o “[...] avanço do controle corporativo nos demais setores do sistema agroalimentar, aprofundando a concentração do processamento e distribuição dos alimentos nas mãos de algumas poucas transacionais em escala global. [...]”.

Para Silva (2016, p.44) os sistemas de controle e formas de regulação do sistema agroalimentar moderno, são abstratos, este fato gera rupturas nas três esferas, sociedade civil, Estado e o mercado. Além disso, para o autor, essa “dificuldade em explicar o conjunto de crises, os efeitos colaterais, ambientais e sociais, e o conseqüente descontentamento público põe em xeque a legitimidade do arranjo institucional, crescendo os níveis de desconfiança.”.

Sob esta perspectiva Triches e Schneider (2016) discutem que essa complexidade se deve pelo fato, de cada vez mais produzirem alimentos, com a utilização de aditivos químicos, para que os mesmos possuam maior durabilidade, tal fato ocorre na tentativa de se adaptar a natureza ao capitalismo. Ploeg (2008, p. 135) corrobora dizendo que “Na estruturação empresarial, os processos de

produção agrícola são progressivamente desconectados da natureza e dos ecossistemas em que estão inseridos. [...] a agricultura se tornou progressivamente em uma atividade que produz fluxos crescentes de desperdício.”.

Ainda segundo Ploeg (2008) a influência dos impérios alimentares (as grandes corporações) sobre os governos locais, tem intuito de ter seus interesses de expansão atendidos, baseados na concentração corporativa e predomínio do capital. Tais fatores constituem o sistema agroalimentar dominante. Nessa perspectiva, Perez-Cassarino argumenta que “o intenso processo de concentração de todos os segmentos do sistema agroalimentar, observada não só na produção [...], mas também no processamento, na comercialização, na distribuição e na produção e mercado de insumos, [...]” apontam a necessidade de pesquisas mais profundas sobre os diferentes significados da crise alimentar mundial (2012, p. 63).

Com isso, percebe-se desigualdades regionais, que acabam interferindo diretamente no crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente no que tange a qualidade de vida da população. Já que, as produções restritas a monocultivos para o mercado global, limita a pauta alimentar dos brasileiros.

Diante desse contexto, Ploeg argumenta que muitos agricultores começaram a diversificar seus processos produtivos, em busca de contrapor os grandes mercados que cada vez mais são controlados por impérios alimentares. Deste modo:

[...] Assim surgem novos produtos e serviços e, ao mesmo tempo, são criados novos mercados e novos circuitos de mercadorias [...]. É dessa forma que despontam as unidades agrícolas diversificadas (ou seja, de multiprodutos) que implicam novos níveis de competitividade e, ao mesmo tempo, uma maior autonomia. E frequente que essa diversificação seja combinada com o processamento dos produtos dentro da unidade agrícola e com a construção de novos circuitos curtos de ligação aos consumidores (2008, p. 175).

Para Ferrari o modelo produtivista na agricultura resultou em efeitos sociais, econômicos e ambientais negativos. Por sua vez, isso fez que com alguns estudiosos na área comessem a repensar os modelos tecnológicos aplicados no campo. O autor ainda argumenta que:

[...] a diversidade das formas sociais presentes na agricultura remete a uma multiplicidade de modos de produção, de emprego de tecnologias, de organização e divisão social do trabalho, bem como de reconfigurações e revalorização de uma agricultura, antes dita tradicional e agora considerada no centro dos processos de desenvolvimento rural. Neste contexto, emergem novos atores

sociais e se ampliam os espaços e as relações entre o mundo rural e urbano. [...] (2013, p. 225).

Logo, Ploeg (2008) destaca que agricultura não se baseia apenas em produzir alimentos, mas também, trata-se de uma atividade que envolve outros aspectos, como, produzir valores e significados para os atores envolvidos. Para o autor, o processo de mercantilização é contemplado por relações econômicas, sociais e culturais que faz tal processo tão amplo quanto parcial e flexível. Como aborda Schneider (2016), as discussões atuais se situam na análise do funcionamento do mercado e a inserção dos camponeses e/ou agricultores, buscando entender como se dão essas interações, e os fatores que favorecem ou restringem tais relações com os mercados.

Por outro lado, Conterato *et al.* (2011, p. 85) traz que apesar da contribuição desses atores na construção deste novo quadro analítico, ainda “[...] continua limitada pela reconhecida dificuldade na elaboração de uma abordagem dos mercados que tenha como ponto de partida a ideia de que se trata de construção social.”. Triches e Schneider (2016, p. 70) corroboram com essa ideia e argumenta que estes atores, ao serem motivados, corrompem as relações estruturadas, e assim, “surge a sociologia da alimentação como potencial instrumento de aproximação analítica.”.

Ligando-se à outra ponta, a sociologia da alimentação não tem como ignorar as múltiplas facetas e relações deste tema com o modelo de produção agroalimentar estabelecido e com os mercados. Neste debate estariam a globalização do abastecimento e o aumento dos riscos oferecidos pelo uso de biotecnologias, nanotecnologias, pesticidas, aditivos químicos e escândalos alimentares, noticiados frequentemente pela mídia. Também pode-se fazer referência à globalização no que tange às questões econômicas e à influência nos preços dos alimentos, afetando a segurança alimentar das populações. O aumento dos preços dado pelo acréscimo da demanda e diminuição da oferta, aumento dos custos de produção e o uso de produtos vegetais para produção de biodiesel, levaria à dificuldade de acesso das populações mais carentes aos alimentos. (TRICHES; SCHNEIDER, 2016 p. 61)

Deste modo, entender os mercados e a forma como os agricultores se relacionam é uma missão importante para os estudiosos do mundo rural. Dentro desse contexto, Borja (2013, p.27) alude que nas últimas décadas o ramo alimentício passou a ter maior poder de influência, com isso, acaba interferindo nos padrões alimentares das famílias urbanas no Equador. O autor ainda discute que as cadeias agroalimentares longas são “[...] uma das principais características do

sistema agroalimentar moderno. Consumidores e produtores não se conhecem mais, os rendimentos dos agricultores estão decaindo, as opções para os consumidores são limitadas e as dietas são menos variadas menos saudáveis.”.

Essa característica apresentada sobre cadeias agroalimentares longas no Equador, também faz parte da realidade brasileira, cada vez mais, há o distanciamento entre o produtor e o consumidor. Isso ocorre pela presença de mais de um intermediário no processo de comercialização. São exemplos de cadeias longas, redes atacadistas, redes de supermercados, compradores intermediários, indústrias no ramo alimentícios, entre outros.

Contudo, o cenário da “crise” do modelo agroalimentar dominante possibilitou a abertura para novas discussões sobre o desenvolvimento local, alicerçados em valores éticos, sociais e culturais, e não apenas voltados para as variáveis técnico-produtivas, ambientais e econômicas (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

Essa reestruturação dos mercados, contempla a reorientação das variáveis necessárias que fornecem sustentação nas atividades econômicas, tal reorientação serve de apoio para a construção de formas mais justas na distribuição da riqueza que é gerada pelo setor agroalimentar.

Assim, a medida que surgem cadeias agroalimentares curtas dentro dos sistemas agroalimentares, o local a qual está inserido é valorizado, numa escala que possibilita a promoção de relações de confiança e reciprocidade entre produtores e consumidores, através das relações sociais de proximidade. Este fato faz com que sejam reduzidos custos de transação, e conseqüentemente, possibilita o aumento no retorno financeiro sobre os produtos vendidos, além também, da oferta variada de produtos frescos e de qualidade.

Darolt (2013, p. 139) acentua que “[...] aproximar produtores e consumidores, e estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização são alguns desafios para se criar um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto”.

O processo de fortalecimento dos agricultores familiares está associado ao surgimento das cadeias agroalimentares curtas, visto que uma das principais características das cadeias curtas “[...] refere-se a sua capacidade de ressocializar ou “reespacializar” o alimento, que possibilitado movimentos positivos para os

consumidores tanto quanto para os agricultores familiares. [...]”. (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012, p. 125).

Logo, percebe-se que a autonomia dos agricultores familiares frente ao sistema dominante se faz necessário, para o fortalecimento da classe e a coexistência de mercado justo. De acordo com Triches e Schneider (2016, p. 70) “As formas não dominantes de abastecimento alimentar, como as cadeias curtas de abastecimento sinalizam no sentido de que a sua conformação tem se baseado em ações convergentes entre produtores e consumidores. [...]”.

De tal modo, é notória a importância de mercados alternativos dentro do sistema agroalimentar, de forma, a propor novas relações de reaproximação entre as esferas produtor e consumidor.

2.2 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

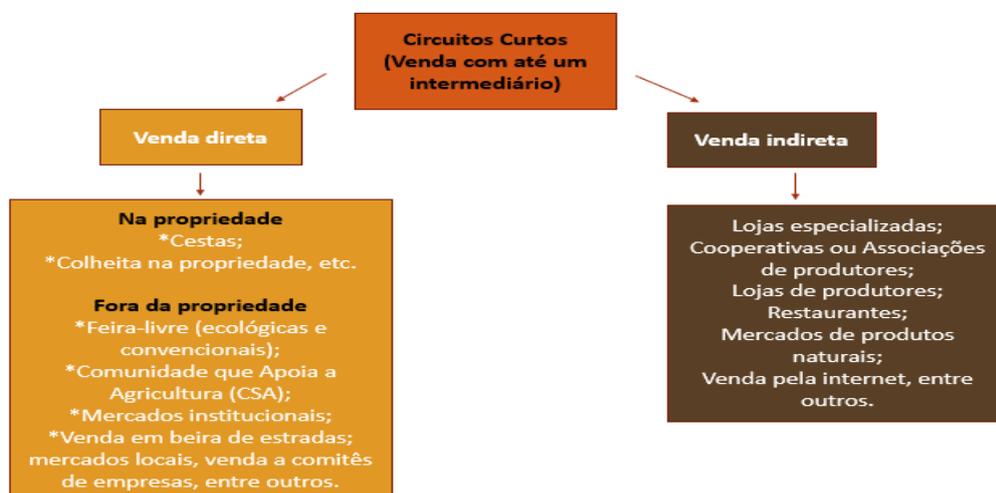
Os CCC, cadeias agroalimentares curtas, mercados alternativos ou de proximidade, como preferirem, o foco aqui não é discutir qual melhor termo a ser usado, mas sim, entender o funcionamento desses mercados (local, espaço destinado as vendas monetárias e/ou não monetárias), voltados para uma perspectiva que visem o contato direto, alicerçado nas seguintes premissas: comércio justo, reciprocidade, solidariedade, ética, confiança e respeito.

Alguns autores, abordam que os circuitos curtos potencializam uma conexão direta entre os agricultores e consumidores, possibilitando a formação da sua própria rede e ampliando o capital social dos agricultores, em outros termos, o CC permite maior interação na construção de relações mútuas de confiança e reciprocidade entre os agentes envolvidos (SOUZA-SEIDL; BILLAUD, 2015; SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

Dentro dessa perspectiva de CCC, se tem as feiras-livres, cestas a domicílio, vendas na propriedade, vendas à beira de estradas, Comunidade que Apoia a Agricultura (CSA), mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)), lojas especializadas, entre outros.

Chaffotte e Chiffolleau (2007) elaboraram um esquema-ilustrativo dos diferentes CCC que podem ser encontrados e acessados pelos agricultores e consumidores. Os autores ao realizarem essa tipologia consideraram diferentes dimensões sociais, econômicas, culturais e geográficas (Figura 1).

Figura 1 Tipologia de Circuitos Curtos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Chaffotte e Chiffolleau, 2007.

Dentro desta tipologia dos CCs apresentada acima, vale apontar a existência de estruturas híbridas nas vendas diretas/indiretas, uma vez que, podem ocorrer que os próprios agricultores agroecológicos realizem vendas através da internet, WhatsApp, ou possuam restaurante em sua propriedade rural, ou ainda, se tenham coletivos de agricultores (seja de maneira forma ou informal) que comercializam seus produtos a partir de suas associações, lojas de produtores, mercados locais, entre outros. Nesses casos, essas ações coletivas seguem a lógica das vendas diretas.

No Brasil, os CCC ainda não têm definição oficial, mas podem ser encontradas inúmeras experiências, abordando circuitos de distribuição, responsáveis por relações de troca e circulação de mercadorias, associados ao comércio justo, através da venda direta, podendo ter a participação de até um intermediário. Pode-se dizer, que o foco nesses circuitos é promover a interdependência entre agricultores e consumidores, por meio da relação direta.

Os autores Scarabelot e Schneider (2012, p. 107) discutem que “A abordagem das cadeias agroalimentares curtas remete as formas de comercialização da produção agrícola que busca a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permita maior interatividade na construção mútua de relações de confiança.”.

Os CC, também, contribuem para a mudança de hábitos alimentares saudáveis, ao tempo que cooperam para a criação de novos mercados de comercialização para produtos de base ecológica. Tem-se como desafios a criação de estruturas para o apoio a produção, distribuição e comercialização, com suporte institucional, financeiro e de políticas públicas, principalmente em grupos de agricultores familiares em fase de transição agroecológica (DAROLT *et al.* 2016).

Marsden, Banks e Bristow (2000, p. 425-426, tradução nossa) consideram três tipos principais de circuitos curtos (Short Food Supply Chain) que são, i) face-a-face, ii) proximidade espacial, iii) espacialmente estendida. Os autores as descrevem como:

- i) Face-a-face: o consumidor compra um produto diretamente do agricultor/produtor. Nesse caso, a autenticidade e confiança ocorrem por meio de interação pessoal.

- ii) Proximidade espacial: os produtos são produzidos e vendidos na região (ou local) específico da produção. De tal modo que, os consumidores têm conhecimento da natureza 'local' do produto no ponto de venda.
- iii) Espacialmente estendida: as informações sobre o local de produção e que os produzem os alimentos podem ser acessadas pelos consumidores tanto regionais como de fora da região. Ou seja, esses circuitos possibilitam ao consumidor informações sobre os alimentos adquiridos (via certificação, rótulos ou selos).

Para Scarabelot e Schneider (2012) são nesses espaços que as relações sociais de proximidade, reciprocidade e troca de conhecimentos são promovidas, já que:

A realocação dos sistemas agroalimentares permitem a valorização do local, pois é nesta escala espacial que se dá construção de relações de confiança entre produtores e consumidores, possibilitando que as interações mercantis de troca seja menos impessoais e mais enraizadas (*embeddeness*) fazendo com que a sociabilidade passe a considerar e valorizar a ética, a qualidade e a diferenciação dos alimentos. [...] (2012, p. 105).

Ou seja, o produto chegará ao consumidor com grau significativo de informações, potencializando seu valor agregado. Deste modo, a qualidade se torna seu ponto chave no processo de (re)construir relações de confiança entre as esferas envolvidas (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

De fato, esses CC têm influência positiva na vida dos agricultores familiares, como abordam Model e Denardin (2014, p. 13) “[...] A venda direta dos produtos pelos pequenos agricultores, principalmente em feiras, representa uma estratégia de desenvolvimento econômico e social e também de sobrevivência face à dificuldade de comercialização e escoamento de produtos na região”. Nesse contexto, Medeiros e Marques (2013) apontam que esses espaços possibilitam a construção de consensos e objetivos mútuos entre os envolvidos, de forma a constituir ambiente rico em interfaces e aprendizagens, para superar possíveis conflitos futuros.

À vista disso, percebe-se que a inserção dos agricultores familiares em CCC possui a capacidade de reespecializar e ressocializar os alimentos, por meio da (re)conexão entre produtor e consumidor nesses tradicionais e novos espaços mercantis. Nesse sentido, Ferrari discute que:

Uma característica chave destas cadeias agroalimentares curtas é sua capacidade para ressocializar ou reespecializar o alimento, permitindo ao consumidor fazer julgamento de valor. Significa redefinir a relação produtor-consumidor ao dar claros sinais sobre a origem do produto e o papel desta relação na construção de valores e significados. [...] (2013, p. 228).

Enquanto isso, Schneider e Ferrari (2015, p. 57) percebem que esses movimentos promovem maior autonomia, como também resistência frente as exigências do sistema agroalimentar dominante. Para os autores são essas “[...]estratégias empreendedoras que se traduz em tentativas de capturar uma fatia maior do valor gerado nas principais cadeias de alimentos, assim como também implica na recuperação e revalorização de processos artesanais, de um “saber-fazer” vinculado ao patrimônio histórico e cultural.”

Darolt *et al.* (2016) corrobora com essa ideia, e apontam que dentro dos circuitos curtos devido as transações financeiras sem intermediários, as remunerações são mais justas e possuem menor risco de perdas na comercialização. Ainda de acordo com os autores:

De fato, a compra em circuitos curtos é uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo. Mais do que enquadrar as experiências estudadas em uma definição e tipologia estáticas, a diversidade de tipos encontrados na França e no Brasil confirma o potencial inovador das redes alimentares alternativas em mobilizar atores e buscar soluções adaptadas à agricultura familiar de base ecológica, considerando os diferentes contextos (2016, p. 16).

Como visto, a reconexão com os mercados locais faz parte do avanço nas distintas formas de mercantilização a qual se encontra a agricultura, à medida que fogem da visão linear de desenvolvimento agrário e possibilita considerar o papel dos atores-chave dentro desse campo de discussão. Logo, “[...] As estratégias de resistência operam tanto através da desmercantilização, pelo afastamento em relação aos mercados de insumos e fatores de produção, assim como dos circuitos de commodities mais tradicionais, quanto pela construção de "mercados alternativos"[...]" (CONTERATO *et al.* 2011, p. 83).

Do mesmo modo, percebe-se que a medida que esses movimentos avançam, surgem alguns desafios pertinentes a conexão entre produtor e consumidor, dentre eles, tem-se: a qualidade dos alimentos, novas formas produção e de governança. Assim, pode-se dizer, que esses desafios mencionados, por sua vez, impõem “[...] a

necessidade em aprofundar pesquisas junto aos empreendimentos e organizações da agricultura familiar visando compreender sua dinâmica e formas de inserção nos mercados, e seu potencial em redirecionar o papel da extensão rural e das políticas públicas. [...]” (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p.68).

Segundo Cassol e Schneider (2015), essas redes alternativas engendram uma imensidade de relações sociais e culturais, possibilitando que as transações econômicas sejam imersas nesses valores. Ou seja, os alimentos locais são comercializados por meio de relações interpessoais, que permite maior engajamento ético e político, além também de relações igualitárias entre os atores envolvidos.

Para Silva (2016), o diferencial de um circuito curto é o conjunto de propriedades que fortalecem esse mercado, visto que os agricultores recuperam pelo menos parte da coordenação do processo de comercialização da produção, enquanto os consumidores tomam conhecimento sobre como os alimentos são produzidos e sobre sua origem. Ou seja, esse mercado alternativo consegue fortalecer o valor agregado dos alimentos, ao tempo que reforça as relações que envolve diferentes atores de determinado espaço geográfico.

Enquanto isso, de acordo com Chaffote e Chiffolleau (2000) na França, os CCs não são definidos no ponto de vista regulamentar, para os franceses a venda direta são transferências dos produtos até os consumidores, sendo CC aceito, na maioria das vezes, como sistemas que mobilizam até um intermediário entre produtor e consumidor.

Sendo assim, para ênfase de esclarecimento, nesse trabalho o CC foi considerado em diferentes dimensões (econômica, social, cultural, ecológica e política). Logo, seguindo a linha de pensamento de Cassol e Schneider (2015, p. 115), espera-se que esses tipos de cadeias agroalimentares possibilitem diferentes relações com os consumidores, “[...]embasadas no enraizamento social (embeddedness), hábitos e cultura alimentar locais e regionais em que tais relações estão imersas e através das quais esses novos mercados são socialmente construídos.”.

Em uma análise comparativa do nível de desenvolvimento dos CCC de alimentos ecológicos na França e Brasil, constataram que o maior nível de escolaridade e renda dos agricultores familiares atrelado ao maior nível de conscientização dos consumidores permitem uma vantagem comparativa na França

em relação ao Brasil. Em outras palavras, quanto maior for o nível de engajamento entre os atores, maior será o nível de desenvolvimento dos CC (DAROLT *et al.*, 2016).

Essas tendências sociais supracitadas, tendem a construir estratégias a respeito da criação e desenvolvimento de mecanismos de comercialização que propicie a reconexão entre agricultores/produtores e consumidores. No Brasil, algumas experiências já estão sendo desenvolvidas, a exemplo disso, a seguir será descrito uma experiência pioneira que mostra claramente a construção de novas relações e a imersão dos valores e práticas dos envolvidos.

Essa experiência pioneira foi desenvolvida no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, são os Circuitos Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida, criado em 2006. Ressalta-se que para os agricultores poderem comercializar seus produtos nos circuitos há alguns princípios estabelecidos, como, os alimentos devem ser frutos de sistemas de produção de base ecológica e certificados pela Rede Ecovida, os produtos também devem ser advindos da agricultura familiar¹ (MAGNANTI, 2008). Posto isso, nota-se que a Rede se preocupa com o fortalecimento da agricultura familiar e, principalmente, com a reintrodução dos agricultores em atividades econômicas por meio do sistema produtivo de base ecológica. Magnanti (2008, p.27) destaca que o somatório da produção da agricultura familiar é destinada ao autoabastecimento das famílias e dos mercados. “[...] Nesse sentido, o enfoque comercial que rege o sistema difere das lógicas convencionais, privilegiando a segurança alimentar de produtores e consumidores.”

Vale trazer que, dentro dos CCs podem ser comercializados desde produtos ecológicos como convencionais. A partir disso, como visualmente não se tem como avaliar se tal produto é realmente livre de insumos químicos (agrotóxicos, etc.). A legislação brasileira determina três tipos de certificação de garantia de qualidade de produtos orgânicos, que são: i) Certificação, ii) Sistemas participativos de Garantia e iii) Controle Social para a venda direta sem certificação. A Certificação e Sistema participativo de Garantia ao atuarem juntos, formam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg, que são executados por

¹ Vale ressaltar que existe múltiplas identidades envolvidas além da agricultura familiar. Tem agricultores da rede que se consideram Quilombolas; outros se identificam como assentados; já outros dizem que são agricultores peri-urbanos, etc.

Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. Estes, quando credenciados, passam a ser responsáveis pela a atualização no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e no Cadastro Nacional de Atividades Produtivas. No Brasil, há 41 organismos que controlam a qualidade orgânica, sendo divididos em 13 Certificadoras por auditoria e 28 Sistemas participativos de garantia²

Neste contexto, as instituições credenciadas atuantes na cadeia produtiva de orgânicos constituem-se um importante elo. Em virtude da credibilidade que é atribuída ao produto com certificado de garantia. Cabe salientar, que agricultores familiares que comercializam os produtos através dos CC (feiras-livres, Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), entre outros, onde a venda é direta do produtor para o consumidor), não são obrigados a terem o selo de certificação. Por sua vez, estes agricultores necessitam participarem dos Sistemas participativos de garantia. Para Barbosa e Lages (2006, p. 4) “A certificação orgânica é um fator importante e decisivo para endossar que um produto tenha realmente os atributos oriundos de um sistema agrícola orgânico. [...]”.

Partindo para análise das principais oportunidades e desvantagens na comercialização via circuitos curtos, Darolt *et al.* (2016) elaboram um quadro explicativo considerando tais variáveis tanto do ponto de vista do produtor, como do consumidor. Dentre os aspectos trazidos pelos autores, observa-se semelhança com os já destacados anteriormente, tais como, autonomia do produtor, contato direto com o consumidor, remunerações mais justas, relações de confiança e reciprocidade, entre outros (Quadro 1).

Quadro 1 Principais oportunidades e dificuldades para os produtores e consumidores em Circuitos Curtos de Comercialização ecológicos

Atores	Oportunidades	Dificuldades Continua
Produtores	<ul style="list-style-type: none"> *Maior margem de lucro, recebimento do dinheiro no ato da entrega; e em períodos mais frequentes (semanal); *Conexão direta com consumidor *Diversificação de produtos; *Autonomia de trabalho e maior independência financeira; *Redução do risco de comercialização pela possibilidade de combinar canais de venda; *Valorização de espécies de plantas 	<ul style="list-style-type: none"> *Falta de mão de obra especializada, dificuldades com a legislação trabalhista e falta de tempo para a produção; *Necessidade de múltiplas competências para a gestão do processo de produção, transformação e comercialização; *Necessidade de investimento em estrutura de transformação e treinamento de pessoal para venda

² Essas informações foram extraídas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por ser o órgão que tem o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Acesso em: 28 janeiro de 2020.

	(sementes crioulas) e animais locais; *Valorização da profissão e reconhecimento como um agricultor ecologista; *Valorização do saber tradicional-cultural; *Organização de produtores para venda em circuitos de comercialização em rede (troca de produtos, diversificação);	direta; *Maior investimento em logística; *Regras restritivas da vigilância sanitária; *Complexidade no planejamento de produção, pela grande diversidade de produtos;
Consumidores	*Proximidade com o produtor (conhecimento da origem e local de produção); *Oferta de alimentos da estação e da região (produtos frescos e de qualidade); *Acesso a produtos com preços justos; *Aprendizado de novas receitas culinárias pelo contato direto com outros clientes e produtores; *Educação para o consumo (menor uso de embalagens, etc.); *Inclusão de novos consumidores no processo e oportunidade para organização de grupos de consumo;	*Necessita de maior disponibilidade de tempo para compra; horários pré-determinados e dificuldades de compra com intempéries climáticas (feiras ao ar livre); *Problemas de regularidade de alguns produtos, conforme a sazonalidade; *Preços mais elevados do que os convencionais para determinados produtos; *Pouca diversidade de produtos, como frutas, produtos de origem animal e seus derivados (carne, leite, etc.);

Fonte: adaptado de Darolt *et al.*, 2016.

De tal modo, é notório que essas redes alternativas promovem melhorias não só no ponto de vista do produtor, mas também do consumidor. Já que constituem experiências que podem ser o alicerce de incentivo para criação de políticas públicas voltados para padrões mais sustentáveis. No entanto, apesar dos inúmeros aspectos positivos já supracitados, essa mudança no sistema agroalimentar dominante ocorre em processo lento. Mas como aborda Ploeg (2008), os impérios alimentares (grandes corporações) tendem desconstruírem “[...] os conjuntos existentes pela eliminação, apropriação e/ou redefinição de ligações estrategicamente importantes. Enquanto os novos campesinatos (agricultores familiares) lidam com essa desconstrução através de um espectro rico de técnicas de reestruturação. [...] (PLOEG, 2008, p. 293). Ou seja, apesar da forte influência do sistema agroalimentar dominante nos mercados, os agricultores familiares vem resistindo e buscando alternativas frente aos padrões estabelecidos.

Contudo, vale mencionar que a proposta deste trabalho não foi abordar que o sistema agroalimentar moderno deva ser extinto, muito menos desmerecer o sistema, ou até mesmo apresentar os sistemas alternativos como o modelo a ser seguido. A ideia foi agregar para a sistematização do universo empírico. Deste

modo, para ênfase de esclarecimento, dentre as possibilidades de CC mencionados, este trabalho tem como foco, as feiras-livres, visto que esse circuito acaba sendo o mais acessado por agricultores familiares.

2.3A FEIRA LIVRE E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA NO NORDESTE

Desde a Idade Média, as feiras-livres surgem como espaço participativo e colaborativo entre os atores envolvidos, que proporciona relações comerciais e uma troca de saberes entre o rural-urbano. Pensando em como as feiras se originaram, Nardi (2010) propõe que elas surgiram com a necessidade de os produtores venderem seus excedentes e/ou trocar suas mercadorias com outras que não produziam.

Para Sato (2007) algo marcante das famosas feiras da Idade Média, era a presença dos mercadores dos mais diversos locais nas festividades religiosas, naquela época, a presença de mercadores, era comum, nesses espaços festivos para realização das trocas mercantis.

No âmbito da economia local, percebe-se que as feiras têm grande importância, por ser o mercado (local responsável por vendas diretas) mais antigo que vem resistindo as restrições do sistema agroalimentar moderno. Nesse mercado, quando se trata de vendas diretas (com a participação de até um intermediário) o agricultor/feirante consegue maior retorno financeiro na venda dos seus produtos agrícolas. Nesse sentido, Godoy e Dos Anjos (2007, p. 364) relatam que as “feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural”, que por sua vez torna o espaço mais dinâmico e diversificado na percepção dos consumidores. Ainda de acordo com os autores:

As feiras livres constituem-se de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais, caracterizando-se primordialmente como uma atividade de trabalho informal essencialmente familiar, onde os envolvidos na operacionalização são geralmente membros da família, gerando por sua vez uma grande demanda de serviços diretos e indiretos como transporte, insumos, embalagens e atendentes. (2007, p. 365).

Ou seja, as feiras são eventos periódicos, realizados em espaços públicos com a finalidade de promover trocas mercantis. Por sua vez, esses circuitos locais propiciam o escoamento da produção agrícola local, troca de sementes, troca de

saberes, e resgate do saber-tradicional, espaços esses que também podem receber produtos de outras localidades para comercialização. Nessa perspectiva, percebem-se que esses espaços são importantes para criação de programas e estratégias desenvolvimento local e para o fortalecimento dos agricultores familiares em geral (MODEL; DENARDIN, 2014; MEDEIROS; MARQUES, 2013).

Este canal de comercialização tem uma característica muito particular de interação, proporcionando a aproximação e a troca de saberes, não apenas entre o rural-urbano, mas, sobretudo do próprio rural. O “espaço-feira” tem proporcionado o conhecimento recíproco dos agricultores e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados. [...] (GODOY; DOS ANJOS, 2007, p. 366).

No Brasil, como já abordado no capítulo anterior, além da feira local, também se tem o mercado institucional, CSA, lojas especializadas, vendas nas propriedades, entre outros espaços que se diferencia dos mercados conduzidos por sistemas oligopolizados e centralizados de comercialização. Nessa perspectiva Medeiros e Marques (2013) abordam que as feiras são espaços importantes para os agricultores familiares, contemplarem a transposição de fronteiras de suas unidades de produção.

Logo, pode-se compreender a feira como um contínuo organizar, onde as relações de trabalhos mesclam com relações familiares, de amizade e de vizinhança da região. Assim, o autor aponta “A feira livre como espaço de trabalho faz-se da beleza, da brincadeira e move-se num mundo ritual, o que faz sobressair sua dimensão como espaço de convivência social.” (SATO, 2007, p. 101).

Nessa mesma direção, Pazera Jr (2003, apud GALDINO DANTAS, 2008) afirma que a feira livre é o *locus* onde as manifestações populares em épocas eleitorais são realizadas, onde ocorrem os espetáculos artísticos (cantadores), literatura de cordel, venda de remédios naturais. Ao mesmo tempo a feira é vista como local onde ocorre novos processos econômicos (distribuição, comercialização e consumo). Ou seja, para o autor, a feira está envolvida nos sistemas de mercado regional e nacional, de forma a reagir as mudanças do sistema.

No Nordeste, as feiras-livres tem característica marcante na região. É importante enfatizar que, seu surgimento ocorre mediante o intenso comércio destinado as atividades pecuárias em meados do século XVIII e XIX. Isso porquê, a

pecuária consolidou a população nas áreas do Agreste e Sertão Nordestino, possibilitando a criação das relações comerciais, inicialmente, voltada para o gado. Em seguida, sucede-se a evolução dessas relações para as atuais feiras-livres (GALDINO DANTAS, 2008). Nesse sentido, Azevedo e Queiroz (2013) apontam a existência das feiras nos estados Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os autores retratam que:

[...] As feiras livres emergem no Nordeste brasileiro associadas à estrutura econômica da região dos séculos XVIII e XIX. De um lado a economia da cana de açúcar na Zona da Mata e, do outro lado, a atividade pecuarista e da cotonicultura no Sertão. O gado também era trocado e vendido nas feiras livres semanais, que eram realizadas em pontos de encontro das rotas entre o Sertão e a Zona da Mata, sendo denominadas de feiras de gado (2013, p. 03).

Ainda de acordo Galdino Dantas (2008) as feiras de gado incentivaram inúmeros comerciantes a participarem para comercializar sua produção, ao ponto que possibilitou grande movimentação e encontros entre a vida rural e urbana no dia de realização da feira. Ou seja, essas feiras têm como “[...] função básica ser um espaço concentrador de parte da produção agrícola regional. Elas se constituem como verdadeiras praças de mercado cotidianas, para onde demandam inúmeros vendedores, quer sejam os próprios agricultores, ou ainda os próprios comerciantes da localidade [...] (2008. p. 96).

Como na época, o gado era uma mercadoria que quase se transportava, a feira tornava-se o ponto de encontro entre duas regiões, assim, os engenhos compravam os animais necessários para suas necessidades. Deste modo, a pecuária estabeleceu seu espaço e estrutura definitiva dentro das atividades econômicas da colônia (CARVALHO, 2016).

Entretanto, Carvalho (2016) aponta que a pecuária passou a ser vista como atividade pobre, que por sua vez, não recebeu os investimentos necessários para sua modernização, diante disso, a pecuária deixou de apresentar a mesma evolução dos outros setores e culturas no campo alagoano.

As feiras de gado contribuíram para o surgimento de povoações, vilas e cidades nordestinas. Entretanto, a partir do século XX entram em decadência, devido ao desenvolvimento dos transportes ferroviários e rodoviários, e o ingresso

mesmo que incipiente, das máquinas na agropecuária (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013).

Segundo Mott (1975, apud AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, p. 03) no século XX, as feiras que tomaram dimensão regional no Nordeste foram: “[...]Feira de Santana na Bahia, de Arapiraca em Alagoas, de Arcoverde e Caruaru em Pernambuco e a feira de Campina Grande na Paraíba, e as feiras de Mossoró, Açu, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, e Macaíba no Rio Grande do Norte [...]”. Essas feiras representaram o museu vivo da história e da cultura nordestina.

Para Galdino Dantas (2008) a feira possui grande importância dentro do contexto socioeconômico nordestino, por ser uma das principais formas de comercialização agrícola para o abastecimento interno. O autor ainda discorre que mesmo diante da “[...]difusão dos modernos equipamentos de comércio e de consumo pelas cidades, as feiras permanecem como um dos elementos que marcam a paisagem das cidades em todo o Nordeste, influenciando sobremaneira a dinâmica socioespacial desses núcleos urbanos” (2008, p. 99).

No entanto, no que concerne a participação dos agricultores/feirantes que moram mais distantes dos locais destinados às feiras, Medeiros e Marques (2013, p.123) propõem que “[...] O transporte da produção costuma ser uma das dificuldades, tendo em vista que nem todos contam com um veículo adequado e, deste modo, o deslocamento a grandes distâncias acaba tornando-se um empecilho à prática da atividade”.

Apesar dessa dificuldade em relação ao transporte, a feira ainda se constitui como importante mercado a ser acessado pelos agricultores familiares, como aborda Sato (2007, p. 101) “[...] A amplitude dessa rede alarga-se para diversos lugares além daqueles nas quais as feiras livres se instalam e se corporifica no chão do cotidiano por meio de conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos”.

Ainda mais, quando a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar ainda é um grande entrave para esses agricultores (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

Nesse aspecto, Godoy e Dos Anjos (2007) expõem que a feira livre desempenha papel importante dentro do contexto de consolidação econômica e social da agricultura familiar. Sendo ainda, um espaço público responsável pelas

interações socioeconômico e cultural dentro do território a qual a feira está localizada.

Para Silva (2017) e Darolt (2016) tanto as feiras como a venda direta em domicílio geram o benefício de o produtor sair da 'invisibilidade' gerada pela presença dos intermediários em cadeias agroalimentares longas. Além disso, caracterizam-se como espaços educativos que promovem relações de confiança e reciprocidade entre os atores, permitindo também, maior autonomia dos agricultores e agricultoras familiares.

Logo, a feira livre vai além de um espaço de compra e venda de produtos, é local responsável também por movimentações sociais e culturais, que se expressam com maior intensidade no contato direto.

2.4 FEIRA LIVRE COMO CANAL PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura brasileira possui grande importância dentro do sistema agroalimentar, seja pela empregabilidade do homem no campo, ou ainda, pela produção de alimentos para o abastecimento interno. Com base no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2009), o setor da agricultura de base familiar, vem sendo responsável por 74 % das pessoas ocupadas no campo, e por 70% dos alimentos agrícolas destinados para o abastecimento interno. Sendo assim, compreende-se a importância que a agricultura familiar possui para as famílias rurais, como também para a sociedade em geral, por garantir sua alimentação.

Sabe-se que a agricultura familiar é compreendida em forma geral como a unidade de produção que expressa a mão de obra composta pelo seu núcleo familiar. Assim, considerando a Lei nº 11.326, compreende-se a partir dos termos operacionais que o agricultor familiar é aquele que atende aos seguintes requisitos:

- i)* não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- ii)* utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- iii)* tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- iv)* dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família. (BRASIL, 2006).

Enquanto isso, Wanderley (2003) aponta que existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico, para atribuir o valor conceitual à categoria da agricultura familiar, uma vez que, alguns, *i)* associam o conceito de agricultura familiar a definição operacional adotada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que sugere uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento; *ii)* apontam que agricultura familiar diz respeito a certa camada de agricultores que se adaptam às modernas exigências do mercado, ou seja, aqueles agricultores que tem condições, em curto prazo, de se consolidar. A autora ainda defende que:

[...] o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural. (2003, p. 58).

Com essa segunda visão proposta por Wanderley, considera-se que os agricultores têm capacidade de resistência e de adaptação aos novos cenários econômicos e sociais as quais estão inseridos, principalmente, no contexto de inserção aos mercados. Para Aquino e Schneider (2010) desde 1990, essa categoria ganhou força, e vem conquistando seu espaço e legitimidade no cenário brasileiro.

Em outras palavras, o produtor familiar, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho. Neste sentido, não são corretas as analogias com a situação nos países desenvolvidos, onde as remunerações obtidas com atividades não agrícolas elevam a renda média do setor rural porque, aqui, o potencial de geração de renda do setor agrícola familiar está longe de ser plenamente utilizado, além do fato de os dados da PNAD subestimarem as rendas agrícolas. (BUAINAIN, 2003, p. 317).

Ou seja, a agricultura familiar para se fortalecer e desenvolver necessita, de maior apoio, com a integração das políticas, voltadas para o desenvolvimento rural, para que assim, haja o reconhecimento das potencialidades que a agricultura familiar tem em formar grupos e construir heranças culturais, além também, da geração de renda através do trabalho do campo, e da produção de alimentos para o abastecimento interno.

Por esse ângulo, Maluf (2004) discute que a agricultura de base familiar, promove a equidade e a inclusão social, associada a uma maior diversidade de alimentos que serão ofertados a população. Esses fatores são geradores de renda e ocupações no campo, ou seja, “[...] A agricultura diversificada de pequena escala, por seu turno, oferece possibilidades de se estabelecerem vínculos produtivos e comerciais, em âmbito regional, voltados para a produção, a distribuição e o consumo de alimentos diferenciados. [...]” (MALUF, 2004, p. 308).

Logo, segundo Buainain (2006, p. 39) a “[...] agricultura familiar é, e pode ser ainda mais importante, pelas contribuições econômicas (geração de riquezas), sociais (efeitos distributivos) e políticos (distribuição do poder). Portanto, um

fortalecedor da democracia”. Nesse sentido, percebe-se o valor potencial que a categoria da agricultura familiar dentro da economia e sociedade brasileira.

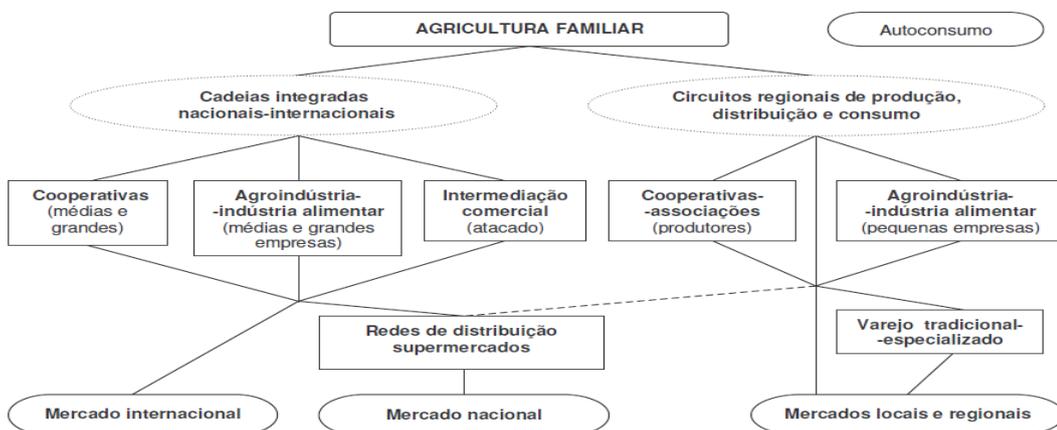
[...] A agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes visto apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. [...] (WANDERLEY, 2000, p. 308).

Em contextos de mercantilização, Conterato *et al.* (2011, p. 80) relata que “A capacidade de resiliência das formas familiares de produção manifesta-se na (re)formulação ou (re)fundação das relações mercantis, sem que isso signifique qualquer tipo de afastamento definitivo dos mercados [...]”. Ao mesmo tempo, observa-se que a luta por autonomia, pode resultar na [...] “(re)construção de mercados mais territorializados, onde se observam possibilidades reais de um controle mais efetivo por parte dos agricultores familiares.”.

Wanderley (2000) por sua vez, aponta que a precariedade das condições de bens e serviços coletivos básicos, da concentração fundiária, distanciamento e restrição de acesso aos mercados, entre outros fatores, pode acarretar no esvaziamento do meio rural. Corroborando com essa perspectiva, Buainain (2003, p. 328) relata que “A agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito. [...]”

As relações entre mercado e agricultura familiar são representadas no diagrama (figura 2) a seguir, nele são incorporados critérios espaciais, sendo assim, tem-se dois tipos de vínculos simultâneos, sendo *i)* cadeias integradas nacionalmente e internacionalmente, *ii)* circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos (MALUF, 2004).

Figura 2 Agricultura familiar e os mercados de alimentos



Fonte: MALUF, 2004.

Dentro das cadeias integradas tem-se as cooperativas de médio e grande porte, corporações agroindustriais, a intermediação mercantil, além das redes de supermercados voltados tanto no âmbito de mercado nacional como internacional. A participação dos agricultores familiares nessas cadeias ocorre a partir de formas contratuais ou por meio de elos comerciais normais (MALUF, 2004).

[...] a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, muitas das quais acessíveis aos agricultores de pequeno e médio portes. As novas oportunidades incluem desde a inserção desses agricultores em mercados de nicho nacionais e internacionais, como se verifica nos produtos artesanais, nos com denominação de origem e nos orgânicos, até o aprimoramento dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos abordados adiante. (idem, 2004, p. 304).

Numa perspectiva de circuitos regionais voltados para a distribuição, tem-se as feiras-livres por serem “um importante canal de comercialização para a agricultura familiar, de relevância irrefutável, em que apresentam uma verdadeira teia de relações fazendo delas lugar social de trocas não apenas materiais, mas também, imateriais (sociais, históricas e culturais) [...]” (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017, p. 70).

Esta reconexão com os mercados locais representaria importante avanço no reconhecimento dos graus e formas distintas de mercantilização em que se encontra a agricultura, fugindo da visão linear de desenvolvimento agrário e sua impossibilidade de considerar o papel dos atores e as variações empíricas dos fenômenos (CONTERATO, *et al.* 2011, p. 80).

Logo, a feira se caracteriza como mercado elementar, por se manter há séculos como importante espaço, para circulação de bens, pessoas e bagagens culturais. Esse mercado tem uma simplicidade robusta, que fornece produtos, na maioria das vezes, sem a presença de intermediários, ademais, os preços são baixos, se considerados em redes longas de comercialização, onde há maior número de intermediários até o consumidor final. Para Pereira, Brito e Pereira (2017, p. 70) as feiras “São espaços públicos e lugares de interação onde diferentes racionalidades, para além da econômica, tais como a comunitária, a religiosa, a familiar e a societária se influenciam mutuamente, com imenso potencial para a reprodução social”.

A seguir, as feiras livres de Arapiraca confirmam tudo que foi escrito nesse bloco.

2.5 DO SURGIMENTO AOS DIAS ATUAIS DA TRADICIONAL FEIRA LIVRE EM ARAPIRACA, ALAGOAS

Em Arapiraca, a feira livre (figura 5) se originou em 1884, época em que a cidade iniciava sua povoação. A mesma ganhou maior dimensão com a chegada da cultura fumageira, que trouxe consigo uma expressiva população flutuante (ARAPIRACA, 1993).

Figura 3 Tradicional feira livre localizada em rua do comércio, entre a entrada para o alto do cruzeiro e a igreja de Arapiraca-AL



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Arapiraca, 2019.

Para Nardi (2010, p.42) a feira livre surge como uma exigência e não dá vontade de uma pessoa. Nesse sentido sugere que, “[...] Deve ter havido um motivo particular para o estabelecimento da feira em Arapiraca. O fumo foi provavelmente o principal responsável pelo aparecimento da feira.”.

Pode-se dizer que, a tradicional feira de Arapiraca caracteriza-se como importante fator que motivou os seus habitantes buscarem a emancipação que ocorreu em 1924. O sucesso da feira era inegável, conforme Guedes (1992) aborda, com a evolução do município como polo regional, a feira assumiu grande proporção, constituindo-se em um verdadeiro complexo, ocupando cerca de vinte ruas, com produtos de base quase toda regional.

A feira de Arapiraca, nas décadas de 1940 e 1950, foi tida como uma das maiores do Brasil, devido a sua extensão em várias ruas do centro da cidade (ARAPIRACA, 2004). Como apresenta Marisco e Souza (2009, p. 63) “Na ocasião da feira-livre em Arapiraca, afluem pessoas de todos os municípios da região

fumageira e outros mais distantes. Por isto, as ruas da cidade são dimensionadas para atender a feira e ao fluxo diário de pessoas do agreste e sertão que circulam pela cidade”.

Com base nos historiadores Valdemar Macedo e Zezito Guedes, a feira livre foi um instrumento determinante de evolução de Arapiraca. Os fatores propulsores que facilitaram tal empreendimento: "a localização privilegiada, a força do trabalho do povo e a vocação para o crescimento. [...]" (NARDI, 2010, p.41).

Marisco e Souza (2009) traz a feira de Arapiraca como função espaço temporal e socioeconômica, tendo influência direta e indireta na cidade, ou seja, possui o papel de centro receptor e retransmissor no meio técnico-científico informacional. Em outras palavras, no ambiente da feira, o moderno setor de serviços e comércio não implica em conflitos com os tradicionais produtos encontrados nas feiras.

Desde 1884, a feira livre de Arapiraca representa um espaço que vai além de relações comerciais, já que serviu de inspiração para nomes da música (emboladores, repentistas, sanfoneiros), dança, teatro, literatura de cordel, poesia. Dentro do campo da música, tem-se como exemplo Hermeto Pascoal, natural de Lagoa da Canoa-AL, buscou por meio dos sons da feira inspiração para sua formação musical, hoje reconhecida mundialmente.

Balbino (2017) relata que dentro do contexto da feira, a arte é algo presente, e segundo o próprio Hermeto Pascoal, se hoje ele faz “música universal é porque na feira de Arapiraca já se fazia música universal”.

Esse cenário corrobora com a ideia de que a feira se caracteriza como um canal de comercialização, responsável pelo elo entre as relações econômicas, sociais e culturais.

Nesse contexto, percebe-se que as feiras “[...] contribuem para o fortalecimento de um espaço de sociabilidade, extremamente dinâmico e diversificado sob o plano social, econômico e cultural, onde os indivíduos encontram maneiras de se ajudar, trocar informações e até fazer planos de aquisição conjunta.” (SPOSITO, ABREU, 2017, p. 299).

Ainda, numa perspectiva sobre a origem da feira em Arapiraca, alguns autores levantaram a hipótese que a feira livre surgiu como medida de combater a fome pela qual a população passava. Em 1924, o prefeito da Capital de Alagoas,

inspirou-se nessa forma de comércio desenvolvida em Arapiraca e anos depois criou três feiras livres na sua cidade. "[...] As feiras eram temporais e regulamentadas, destinadas antes à venda dos gêneros alimentícios de primeira necessidade a preço tabelado [...]". Essa medida foi tomada como forma de permitir às famílias mais carentes a terem acesso à alimentação (NARDI, 2010, p. 47).

Importante destacar que, essa forma de comércio de 'emergência' adotada em ambas cidades conseguiram suprir o indispensável abastecimento das pessoas mais carentes da região, por ser um canal de comercialização voltado mais para o comércio justo. Essas particularidades raramente acontecem em canais de comercialização longos.

A psicóloga Leny Sato (2007, p. 99) em uma discussão sobre algumas feições dos processos cotidianos que organizam o trabalho na feira livre, expôs que "[...] A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade de formas de se fazer a feira livre."

Inicialmente, a feira em Arapiraca como já mencionado atingiu um expressivo número de ruas, localizadas, principalmente no centro da cidade. Toda essa movimentação causou grande sucesso, e atraiu grande concentração de pessoas da região que se deslocavam até a feira para realizarem as compras semanais. Por outro lado, o sucesso gerado a partir das feiras causou insatisfações, na época, na maioria dos comerciantes mais capitalizados da região.

Nesse contexto, o historiador Zezito Guedes, expressou que com o passar do tempo, devido a insatisfação dos comerciantes, e o desejo dos mesmos em acabar com as feiras, o resultado dessa movimentação seria extinção da feira, e a criação de um moderno e amplo Mercado Central, esse seria o progresso na evolução dos tempos. Com isso, o historiador relata que a cidade perderá a paisagem humana encontrada nas feiras, que é algo impressionante. Pois em seu entender, os tipos humanos como descrevem, formam um valioso conteúdo, além de fornecer subsídios importantes para pesquisadores, sociólogos, fotógrafos e cinegrafistas que frequentam com frequência a feira semanal (ARAPIRACA, 1993).

Entre 2002 e 2003, após várias especulações por parte dos comerciantes e a prefeitura municipal, também, buscando melhorar a infraestrutura da tradicional feira,

realiza-se a mudança da mesma para o bairro Baixão, sendo este, por sua vez, um pouco afastado do centro da cidade. Fato este que ocasionou insatisfação por parte dos feirantes e consumidores.

Após sete meses de mudança, os feirantes, o comércio e população demonstraram sua insatisfação com a mesma. Os feirantes alegaram uma queda de 90 % das vendas. Todo esse desagrado foi em decorrência da distância. Na época o historiador Zezito Guedes ainda afirmou que a tradicional feira estaria extinta (FEIRA, 2003).

Medeiros (2003) corrobora com este fato e dialoga que a feira que já havia sido considerada a maior do interior de Alagoas, que ajudou no processo de colonizar as terras de Manoel André, e ficou famosa no mundo inteiro por sua tradição. Passava por um período de fragilidade, devido a sua mudança do centro para o bairro Baixão. Ainda, segundo relatos dos feirantes, se a situação se prologasse, muitos deles deixariam de participar da tradicional feira.

Atualmente, no lugar onde as barradas eram expostas, há um bonito calçadão, com diversas lojas de roupas, eletrodomésticos, tecidos, utensílios em geral. A tradicional feira continua no bairro Baixão, comercializando produtos *in natura* como frutas, legumes e verduras. Há também produtos processados como pães, bolachas, massas, sucos, etc.; comidas típicas, como bode assado, sarapatel de boi e porco, buchada, entre outros. Sendo possível encontrar também roupas, calçados, brinquedos, ferragens, móveis e utensílios em geral.

Após, aproximadamente, 16 anos da mudança, a feira (figura 4) continua ocorrendo toda segunda-feira, seguindo a tradição. As barracas são distribuídas em nove ruas, com melhor infraestrutura, se comparada com o cenário anterior. Ressalta-se que o número de feirantes comercializando seus produtos no referido local diminuiu um pouco, ao comparar com os anos anteriores à mudança. Apesar disso, percebe-se que a tradição continua cada vez mais firme e forte.

Figura 4 Tradicional feira-livre de Arapiraca, AL



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Arapiraca, 2019.

Na feira há uma gama variada de produtos, produzidos na região e também trazidos de outros estados, a exemplo de Pernambuco. Os preços praticados nas vendas são influenciados pela oferta, demanda, sazonalidade e distância dos produtos.

Paralelamente, na cidade também ocorrem feiras nos outros dias da semana, cada uma em um bairro estratégico, ao todo são onze feiras 'convencionais', distribuídas em vinte e nove ruas da cidade. Em 2010, criou-se mais uma feira, sendo esta destinada apenas aos agricultores familiares da região. Em 2017, houve a extensão desta para o hall do shopping da cidade. Essas duas feiras se caracterizam como o universo de estudo desta pesquisa.

3.0 MATERIAL E MÉTODOS

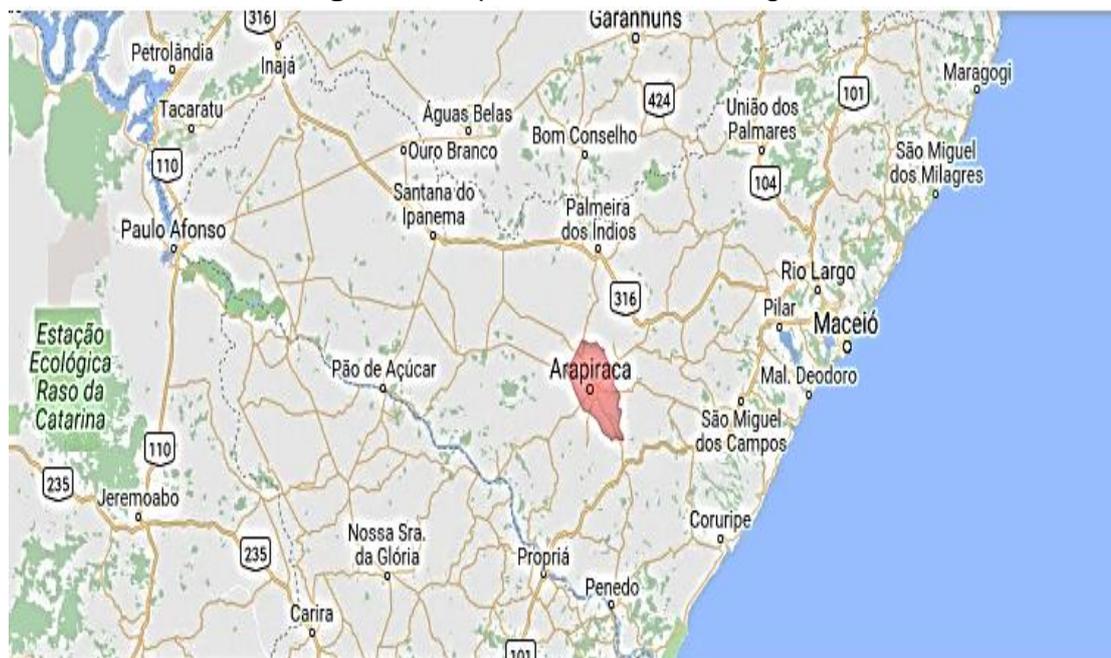
Nessa seção serão abordados uma breve apresentação do município no qual estão localizadas as duas feiras da agricultura familiar que são o universo de pesquisa deste trabalho, posteriormente, são apresentados todos os procedimentos adotados para a realização dessa pesquisa de campo.

3.1 Áreas de estudos

As duas feiras livres estudadas são realizadas em Arapiraca.

Arapiraca (Figura 1) compõe a Mesorregião do Agreste Alagoano, teve sua emancipação política em 30 de outubro de 1924. Ocupa uma área de 352,81 km², possui cerca de 214.006 habitantes, sendo 84,80% correspondente à população urbana e 15,20% à rural. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apurado no ano de 2010 é de 0,649, sendo considerado uma escala de desenvolvimento médio (BRASIL, 2019).

Figura 5 Mapa do estado de Alagoas



Fonte: BRASIL, 2019.

Arapiraca apesar de ser afastada do mar e de lagoas, sem vegetações de mangues e mata atlântica, nem assim deixou de ser caracterizada como um importante polo de turismo interno.

A região é a segunda cidade mais populosa e o segundo centro econômico do Estado. Em 2014, sua participação setorial no PIB por unidade geográfica estava

voltada, principalmente, para o setor de serviços (60,6%), Adm. Pública (21,5%) indústria (9,9%) e agropecuária (8,0%) (BANCO DO NORDESTE, 2017).

O município além de constituir-se em importante entreposto comercial, por oferecer uma diversa variedade de bens e serviços para a população regional, ainda, juntamente com as microrregiões de Palmeira dos Índios, Batalha e Santana do Ipanema, entre outras, formam a bacia leiteira do estado de Alagoas.

Como aponta Nardi (2010) os dois pilares que foram importantes dentro da história de povoamento do município de Arapiraca, foram o fumo e a feira-livre, que impulsionaram o crescimento do município no passado.

Estudos recentes apontam que o fumo volta com força e tem crescimento de 30% em 2019, logo, percebe-se a vocação agrícola da região.

Nos anos dourados da fumicultura, entre as décadas de 70 e 80, a área de plantio chegou a 40 mil hectares. A produção começou a diminuir nos anos 80 e 90 por diversos fatores, entre eles as campanhas antitabagistas e o contrabando do fumo que reduziu a procura de compradores. Todos esses fatores levaram a derrocada da produção fumageira. Por ser o município com grande produção, a cidade chegou a ostentar o título de capital brasileira do fumo e mesmo com a tendência de diversificação de culturas e com a diminuição do cultivo ao longo das décadas, continuou tendo lugar de destaque na agricultura da região. E agora comemora o ressurgimento da fumicultura. (ANACLETO, 2019).

Em setembro de 2006, Arapiraca recebe um campus da UFAL, que tem como um de seus focos o desenvolvimento rural do agreste alagoano.

O Campus de Arapiraca é fruto do processo de Expansão das Universidades Federais Brasileiras desenvolvido pelo Governo Federal durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É composto pela sede do Campus (Arapiraca), também conhecido como Campus do Agreste, e mais duas Unidades Educacionais de Ensino (Palmeira dos Índios, Penedo), entretanto, Penedo está em processo de transformação em Campus. Ao todo são ofertados 23 cursos, entre cursos de bacharelado, destacam-se cursos voltados ao desenvolvimento rural: Administração (Bacharelado), Agronomia (Bacharelado) e Zootecnia (Bacharelado).

Além de um programa de mestrado em Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente.

Boa parte dos alunos são filhas e filhos de agricultores familiares. Inclusive, muitos cresceram nas lavouras de fumo e, hoje, conhecem a transição

agroecológica em suas propriedades ou a agricultura orgânica, visto que, está proibido o cultivo de fumo no município.

O referido Campus atraiu um grande número de profissionais do ensino superior e alunos de graduação e pós-graduação para o município, pressionando o mercado imobiliário, o sistema de saúde local e incrementando, ainda mais, o já ativo comércio local e o abastecimento de água e dos produtos variados, presentes nas mesas dos alagoanos.

3.2 Métodos e procedimentos

Para a realização deste estudo de caso, optou-se pelas abordagens quantitativa e qualitativa, pelo fato, da necessidade de se conhecer a fundo as duas feiras da agricultura familiar, localizadas em Arapiraca, Alagoas, Brasil.

Os dados quantitativos são importantes na construção do conhecimento e clarificar a realidade encontrada na pesquisa de campo. Os dados qualitativos, captam a subjetividade encontrada nas falas dos entrevistados, porque tem natureza mais aberta e interativa e, também, envolve observação do entrevistador.

No primeiro momento, foram realizadas leituras acerca de temas centrais dessa pesquisa, como: sistema agroalimentar moderno, circuitos curtos de comercialização, feiras livres, agricultura familiar e técnicas de pesquisa. Ainda, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre a história da feira livre no município de Arapiraca, a partir de dados secundários, acessados em relatórios, publicações técnicas, científicas e analíticas produzidas, por meio da i) Biblioteca Pública Municipal Pedro de França Reis, ii) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), iii) Atlas do desenvolvimento humano no Brasil e do iiiii) Banco do Nordeste.

No segundo momento, após a construção dos instrumentos de pesquisa (questionário), o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo avaliado e aprovado em meados de março de 2019.

A pesquisa de campo, com aplicação de questionário, realização de entrevistas, e observações *in loco*, foram realizadas nos meses de março, abril e novembro de 2019. Com a finalidade de atender as normas de sigilo de identidade do Comitê de Ética em Pesquisa, os nomes dos participantes foram substituídos pelo número da ordem das entrevistas.

3.2.1 Pesquisa de Campo

Questionário fechado: para captação perfil sociodemográfico, educacional e de moradia dos entrevistados e características das feiras. O questionário contendo quarenta perguntas foi dividido em:

- I. perfil socioeconômico;
- II. funcionamento do circuito curto de comercialização (feiras);
- III. avaliação da feira.

Roteiro de entrevistas: baseou-se em coletar dados referentes:

- I. sobre como ocorre a relação entre circuito curto e o agricultor familiar;
- II. como são desenvolvidas as atividades agrícolas;
- III. a contribuição das práticas produtíveis sustentáveis para bem-estar dos agricultores e agricultoras familiares;
- IV. os impasses encontrados no processo de comercialização (escoamento).

Coleta de dados: aplicação de questionário e realização da entrevista foi realizado totalmente em visitas às feiras.

Período de referência: 1º e 2º semestre de 2019.

Análise dos dados: foi realizado a separação e tabulação dos dados coletados. Para a análise, utilizou-se as técnicas de análise de conteúdo de Bardin, que consistem em procurar “[...] conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...]”. Ou seja, utilizar o conhecimento de algumas variáveis de ordem psicológica, sociológica ou histórica para realizar deduções a partir de indicadores numéricos ou frequência de termos reconstruídos por meio das amostras das pesquisas (BARDIN, 1979, p.44).

As falas gravadas foram transcritas e se escolheu as que mais poderiam fortalecer as percepções dos entrevistados, que receberam um número cada um (de 1 a 10), para mantê-los em anonimato. Contudo, respeitou-se se a fala era de mulher ou de homem, mesmo não havendo o objetivo específico de fazer um estudo comparativo entre as percepções de homens e mulheres.

Ao todo foram entrevistados dez produtores, sendo sete mulheres e três homens. A idade dos entrevistados varia de 30 aos 62 anos. Dos dez, oito estão inseridos numa produção de base orgânica, e dois ainda destinam suas atividades para agricultura convencional.

Esses produtores estão inseridos nas duas feiras da agricultura familiar estudadas, sendo que, dos dez produtores entrevistados, apenas oito participam da feira-livre criada em 2017 que ocorre no hall do shopping.

Os agricultores(as) familiares participantes da pesquisa, tem a agricultura como principal fonte de renda familiar desde infância. Entretanto, no contexto de experiência como agricultor familiar, se tem em média dezesseis anos.

A seguir, apresento como os dados das coletas se apresentaram e os analiso.

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor entendimento dos resultados e da análise dos mesmos, esta seção está dividida em cinco partes. A primeira e segunda se destinam a uma caracterização, tanto das duas feiras-livres como também dos agricultores (as) familiares. Enquanto a terceira, quarta e quinta apresentam os resultados e discussões sobre os principais pontos encontrados.

4.1 Caracterização das duas feiras da agricultura familiar

Este trabalho possui como universo de pesquisa as duas feiras de Agricultura Familiar denominadas como 'Feira Popular da Agricultura Familiar', como se tratam de duas feiras, para melhor compreensão dos leitores, a feira mais antiga que ocorre Parque Municipal Ceci Cunha receberá a identificação de 'Feira 01', a mais recente que funciona no Garden Shopping, será 'Feira 02'.

A 'Feira 01' (figura 6) foi criada em 2010, localizada no Parque Municipal Ceci Cunha, com horário de funcionamento aos sábados das 8h às 12h. Possui, aproximadamente, 10 agricultores(as) familiares, destinadas a venda de frutas, grãos, hortaliças, tubérculos (raízes), mel, etc. Observou que o público-alvo são adultos e idosos dos bairros próximos, com circulação média entre 50 a 60 pessoas.

Figura 6 Feira Popular da Agricultura Familiar, localizada no Parque Municipal Ceci Cunha, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A 'Feira 02' (Figura 7) foi inaugurada em março de 2017, localizada no Garden Shopping, ocorre entre 8h e 14h, todas as quartas-feiras. Tem 8 agricultores(as) familiares comercializando; hortaliças, frutas, queijos, mel, etc. A

partir das observações *in loco*, constatou que há uma maior demanda dos produtos pelos jovens e adultos que frequentam a academia que funciona no Shopping, além dos funcionários das redes que funcionam no local, possui circulação média entre 40 a 50 pessoas.

Figura 7 - Feira Popular da Agricultura Familiar, localizada no Garden Shopping, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No quesito infraestrutura, observou-se uma padronização nas barracas, e boa conservação, como pode ser observado nas figuras acima.

A criação das duas feiras foi iniciativa da gestão municipal, como forma de proporcionar mudança na realidade socioeconômica dos agricultores. Além disso, a prefeitura vem disponibilizando as barracas, balanças, isenção de impostos, transporte para ida e volta da feira, e assistência técnica nas propriedades.

Nos dois locais os consumidores podem encontrar produtos orgânicos, que são comercializados por oito dos dez agricultores(as) entrevistados. Os dois agricultores(as) restantes comercializam produtos 'convencionais'. Nos dois locais, há identificação dos feirantes que comercializam os produtos orgânicos e os convencionais.

Os feirantes que comercializam produtos orgânicos são cadastrados na Organização de Controle Social (OCS), através desse cadastro é fornecido um documento de conformidade de produção orgânica participativa. Nesse documento consta os dados do produtor e da propriedade, e o número de cadastro.

Vale destacar que a 'Feira 02' que vem ocorrendo no hall do Garden Shopping é uma extensão da 'Feira 01' que ocorre no Parque Municipal Ceci Cunha, sendo assim, os feirantes são os mesmos nas duas feiras. Entretanto, dois feirantes da 'Feira 01' não participam da 'Feira 02', ou seja, dos dez feirantes, apenas oito comercializam seus produtos no hall do Garden Shopping. Os motivos desses agricultores(as) não acessarem a extensão da feira que ocorre no hall do shopping é devido à pouca demanda dos produtos no referido local.

4.2 Perfil demográfico e educacional dos entrevistados

Uma característica familiar entre os feirantes, é que são todos de base familiar, não há agricultor empresarial individual entre eles. A maioria participa da feira há dez anos, com exceção de apenas um feirante, que tem aproximadamente sete anos que aderiu a feira da agricultura familiar como circuito para escoar seus produtos.

Tabela 1 Sexo, idade e escolaridade dos feirantes das feiras livres da agricultura familiar em Arapiraca, AL, 2019

Variável	Quantitativo	
Sexo	Masculino	3
	Feminino	7
	Total	10
Idade	Entre 21 e 30 anos	-
	Entre 31 e 40 anos	1
	Entre 41 e 50 anos	5
	Entre 51 e 60 anos	3
	Mais de 60 anos	1
	Total	10
Escolaridade	Primário	1
	Ensino Fund. Incompleto	-
	Ensino Fund. completo	3
	Ensino médio incompleto	-
	Ensino médio completo	3
	Assina apenas o nome	2
	Nunca frequentou a escola	1
	Total	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A idade média do responsável pela feira é de 49,5. Observa-se a predominância das mulheres como responsáveis pela comercialização, conforme detalha a Tabela 01. Além disso, a escolaridade dos feirantes é baixa, apenas três feirantes possuem ensino médio completo, enquanto, dois assinam apenas o nome,

e outro nunca frequentou a escola. Apesar da pouca escolaridade, isso não interferiu na vontade de querer aprender, como relataram, sempre estão dispostos a participarem de cursos para ajudar nas vendas e na produção.

Tabela 2 Posse da terra, local de moradia e renda familiar dos feirantes das feiras livres da agricultura familiar em Arapiraca, AL, 2019

Variável	Quantitativo	
Posse da terra	Proprietário	1
	Arrendatário	1
	Comodatário	8
	Total	10
Local de moradia	Na propriedade	8
	Fora da propriedade	2
	Total	10
Renda familiar	Até um salário	10
	Mais que um salário	-
	Total	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A maioria das famílias entrevistadas, num total de oito possuem condição fundiária de comodatário, um possui terra própria e o outro arrendada. As propriedades em questão são exploradas somente por mão de obra familiar. Sendo que oito dessas propriedades estão localizadas na zona rural, apenas sete residem na propriedade em questão. As outras duas propriedades estão na zona urbana, um desses produtores reside na propriedade e o outro não. Ou seja, apenas oito residem na propriedade de produção, sendo sete na zona rural e um na urbana. Os dez feirantes têm a agricultura como única atividade econômica, em média de 16,4 anos trabalhando com a agricultura familiar. Tendo renda familiar em torno de um salário mínimo, conforme Tabela 2.

Tabela 3 Perspectiva de sucessão na atividade de feirantes nas feiras da agricultura familiar em Arapiraca, AL, 2019.

Variável	Quantitativo	
Sucessão	Não pensaram no assunto	1
	Tem intenção de continuar	-

Perspectiva de continuidade	7
Sem perspectivas	2
Total	10

Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Em relação a sucessão familiar nas feiras do município, a maioria, sete dos feirantes, tem perspectiva que alguém da família dê continuidade, e utilizem a feira como principal circuito para comercializarem seus produtos. Enquanto, um ainda não pensou no assunto, e aparentou desmotivação para continuar. Duas das feirantes que tem perspectiva de continuidade, relataram que seus filhos estão fazendo curso superior na área, estão cursando agronomia, e já ajudam na produção, indicando as melhores técnica de plantio, etc. conforme Tabela 3.

4.3 Funcionamento do circuito curto de comercialização

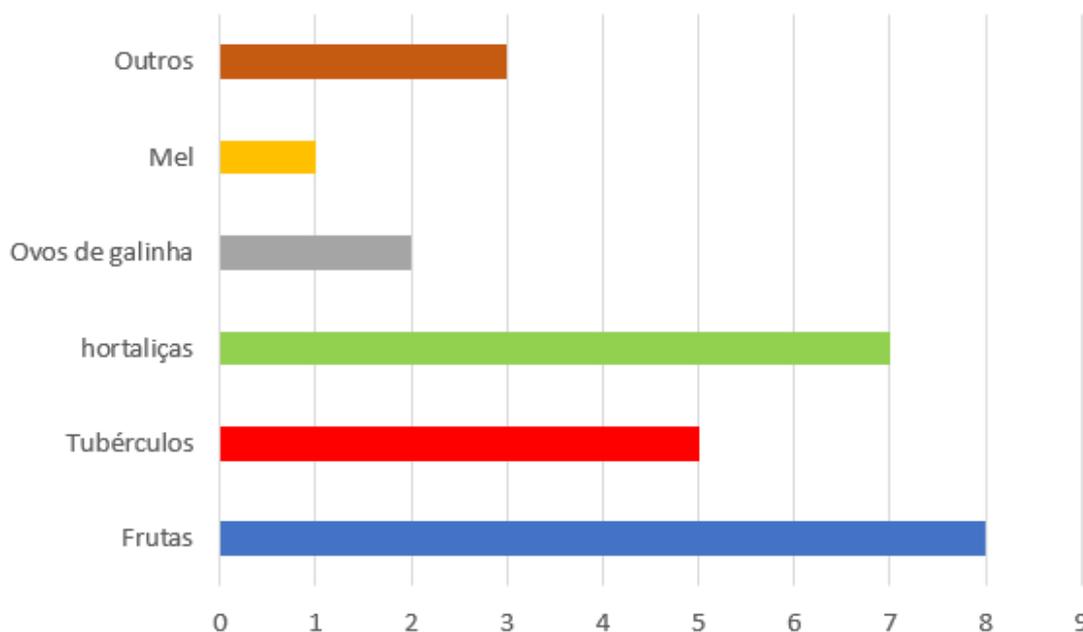
A feira livre faz parte da história da cidade de Arapiraca, se fez presente desde início de sua povoação, e até os dias atuais representa um espaço que permeia relações econômicas, sociais e culturais. Tal fato se presenciou durante a pesquisa de campo, uma vez que; durante as visitas, presenciou-se a realização de evento cultural na Feira 01, em comemoração ao dia do apicultor. Além disso, com base nos relatos, o contato direto com o consumidor possibilita a construção de relações pautadas na confiança e respeito.

Tendo isso em vista, observa-se que as duas feiras da agricultura familiar, se qualificam como importante mecanismo de comercialização, na vida dos agricultores. Tal situação é refletida por possibilitar o contato direto com o consumidor, favorecendo maior retorno financeiro, visto que o agricultor(a) possui autonomia sobre os preços dos seus produtos. Este cenário, dificilmente, é encontrado em circuitos longos de comercialização (via atravessadores, redes atacadistas, supermercados).

Dentre os itens que são vendidos pelos feirantes entrevistados, percebe-se que os favoritos são: frutas, hortaliças e tubérculos (raízes), tanto no que se refere a escolha dos agricultores como dos consumidores, visto que ao serem perguntados quais produtos tinham maior saída, os dez entrevistados levantaram esses segmentos como as mais procuradas. Já no que se refere aos que tem menos saída, tem-se o artesanato, chicória e escarola, que por possuírem gosto amargo,

não se tem tanta aceitação por parte dos consumidores. Dentro da categoria outros, tem-se: galinhas, derivados de leite e doces, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 Itens vendidos pelos agricultores da Feira Popular da Agricultura Familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

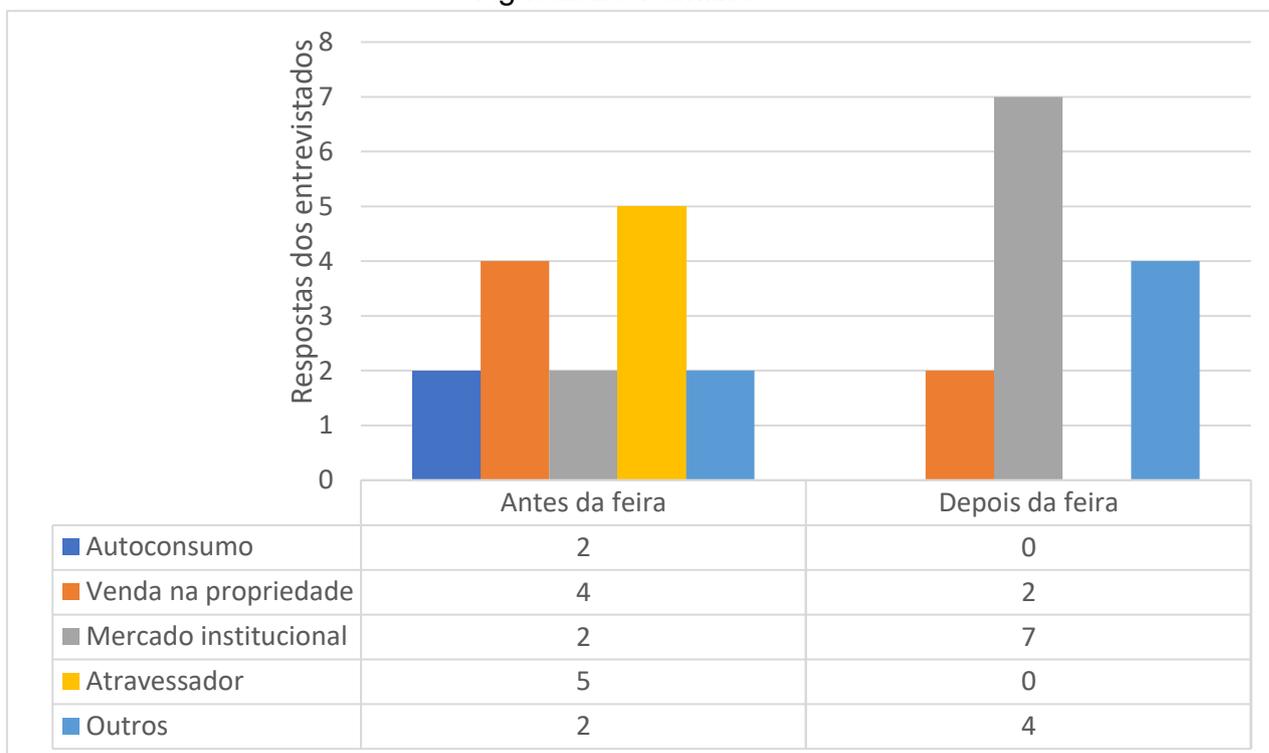
Sendo que sete desses agricultores entrevistados tiveram que diversificar sua produção para participar das feiras, os mesmos classificaram essa diversificação como ótima, pois tem maior variedade de produtos para ofertarem para seus consumidores, deixando seus clientes satisfeitos com a pauta variada de alimentos. Dentre eles, apenas dois agricultores trabalham com beneficiamento, sendo um de polpa de frutas e outro de doces. Para Silva *et al.* (2014, p. 3211) “as feiras representam uma boa iniciativa do ponto de vista do desenvolvimento local e regional, contribuindo com a diversificação e a melhoria na oferta de alimentos.”.

Sobre assistência técnica, três entrevistados alegaram que não estão tendo assistência em suas propriedades, seis informaram que a prefeitura vem disponibilizando um técnico para visitas, um alegou que vem ocorrendo assistência, mas sem muita assiduidade. Esse tipo de serviço é essencial para auxiliar na produção desses agricultores, ainda mais, para os que produzem produtos orgânicos, livre de quaisquer agrotóxicos. Esses agricultores, por sua vez, necessitam de mais atenção, pois para eles, a produção orgânica requer maior cuidados especiais.

Nessa perspectiva Fornazier e Waquil (2011) discutem que os agricultores podem apresentar dificuldades para inserir-se no mercado, pela capacidade produtiva, uma vez que, necessitam-se de serviços essenciais para a continuidade e aumento da produtividade, dentre eles, tem-se a assistência técnica, crédito tanto para produção como para o pagamento de auditorias dos processos de certificação e rastreabilidade.

Dos dez agricultores e agricultoras, apenas cinco participam de alguma associação ou cooperativa, dentre esses, dois relatam que a instituição passa por momento de fragilidade e o funcionamento futuro está comprometido. Nessa perspectiva, observa-se que essas instituições como associações e/ou cooperativas são importantes para que haja maior fortalecimento e valorização desses agricultores, além também de ser um elo importante para possibilitar mais vendas, visto que, a organização social possibilita maior visibilidade e direito à voz principalmente para aqueles grupos mais vulneráveis e marginalizados. Como apresenta Carmo *et al.* (2016, p.166) “[...] as pessoas componentes desse coletivo se fortificam de forma a desempenhar suas atividades econômicas de forma mais unitária, logrando mais sucesso em suas metas e objetivos comuns”.

Gráfico 2 Canais de comercialização acessados antes e depois da Feira Popular da Agricultura Familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O gráfico 2 apresenta o cenário antes de depois do surgimento da 'Feira Popular da Agricultura Familiar', assim, verifica-se que antes da existência das feiras, cinco dos agricultores realizavam suas vendas através dos atravessadores, após a feira, o atravessador sai de cena, com isso, os agricultores relataram que houve aumento na renda, pois antes o retorno era baixíssimo, por exemplo, o coentro era vendido a R\$ 0,05 para os atravessadores, e agora com a venda direta ao consumidor o preço varia de R\$ 1 a R\$1,50. Outro ponto importante observado no gráfico refere-se ao autoconsumo, pois antes da feira, dois dos dez agricultores destinavam sua produção apenas para subsistência da sua família, e com as feiras, esses agricultores aumentaram e diversificaram sua produção e conseguiram ter um retorno financeiro a partir de suas atividades no campo.

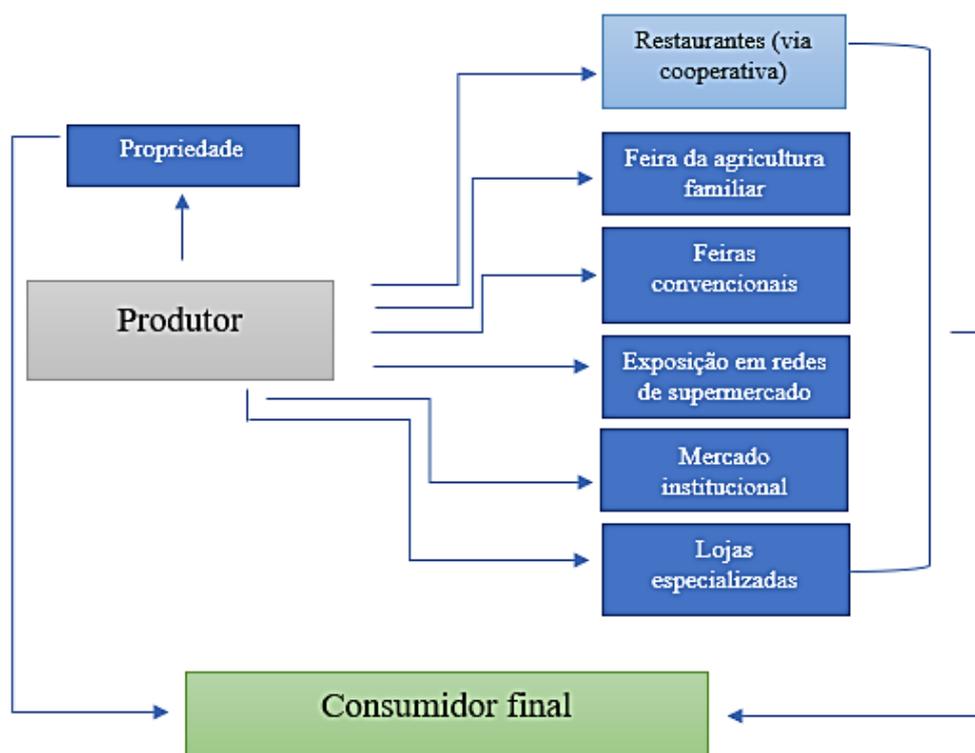
Ao que se refere aos dois agricultores(as) que destinavam sua produção somente para autoconsumo, vale trazer que os mesmos continuam se beneficiando da produção para o abastecimento alimentar familiar, tal ação permite amenizar a pressão sobre a renda financeira dos agricultores(as) familiares, não só no caso deles, mas dos demais agricultores(as) entrevistados, visto que todos também fazem uso de suas produções para o autoconsumo.

Ao se pensar sobre a autonomia sobre sua produção que os agricultores(as) adquiriram, Silva *et al.* (2017) aponta que:

A participação dos feirantes em outros circuitos de cadeias curtas de abastecimento, como por exemplo a venda direta em domicílios, garante ao consumidor a aquisição a um preço mais baixo, pela inexistência de intermediários e, ao produtor, é dado o benefício de sair da "invisibilidade", mostrando seus produtos e com isso tendo autonomia para negociar (2017, p. 12).

A Figura 8 ilustra todos os canais acessados pelos agricultores e agricultoras familiares, ao tempo que apresenta que a maioria das vendas ocorre de forma direta (produtor e consumidor), com exceção, do restaurante, visto que nesse caso há a presença da cooperativa que se contempla como intermediário nessa transação. Mas tal ação, apesar de ter a presença de um intermediário, não foge da ideia de CCC.

Figura 8 Circuitos Curtos acessados pelos Agricultores familiares



Fonte: Autora, 2020.

Além disso, o circuito curto e o mercado institucional se configuram em importante forma de resistência e de conquista de autonomia, como abordam Medeiros e Marques (2013, p. 130) estes dois canais se constituem alternativas inovadoras para “[...] o mercado de produtos agrícolas, por se posicionarem contra as transações comerciais que distanciam mais e mais quem produz de quem consome e por estarem engajadas em processos sociopolíticos mais amplos de obtenção de soberania alimentar”.

Durante a pesquisa, foi questionado sobre o que motivou a participação dos agricultores e agricultoras familiares nessas feiras, após análise dos dados, verificou-se que eles já buscavam espaço/local para escoarem seus produtos e terem retorno financeiro justo. Tal busca se concretizou com o surgimento da primeira feira destinada aos agricultores familiares em 2010. Desde então, os agricultores e agricultoras acessam o circuito curto de comercialização para escoarem seus produtos diretamente ao consumidor, conseqüentemente, o retorno financeiro aumentou, visto que se pratica o comércio justo e não há mais a presença do atravessador. Apesar de não ter conseguido mensurar o antes e depois da feira, percebe-se a partir dos relatos que houve sim uma melhora financeira, pois antes,

os agricultores(as) estavam à mercê dos atravessadores no que se refere aos preços dos produtos.

Nos circuitos curtos, o primeiro intuito é a venda direta, por meio do encontro agricultor e consumidor, mas por trás dessa relação de troca monetária, “[...] o contato direto entre produtor e comprador permite redobrá-la por uma relação de reciprocidade binária (o cara a cara) gerando valores afetivos como o sentimento de reconhecimento, de amizade ou valores éticos: respeito, confiança e até fidelidade.” (SABOURIN, 2013, p. 192).

Além disso, Silva *et al.* (2014, p. 3210) propõem que “[...] A feira é um espaço de aprendizado, de reforço em aspectos de procedência, pertencimento territorial, dentre outros que denotam valorização da produção local”.

A troca solidária praticada dentro do circuito curtos, entre os próprios agricultores, é uma iniciativa importante que fortalece os laços de amizade entre os próprios agricultores. As trocas tanto ocorrem para consumo próprio, como para venda também, um exemplo presenciado durante as visitas foi quando agricultor X, pegou um coentro com a agricultura Y para seu cliente, e ao invés de pagar o valor correspondente em dinheiro, ele repassa o valor correspondente em produto, nesse caso, a troca ocorreu entre os produtos coentro e alface.

Nessa lógica Sabourin (2013, p. 192) propõe que “Em termos de comercialização de produtos agrícolas, os agricultores ou suas organizações, têm implementado vários tipos de interface que permitem uma convivência, uma articulação entre práticas de reciprocidade e práticas de troca”.

Sobre o aspecto cultural, observou-se a presença do resgate e incentivo cultural nas feiras, a exemplo, presenciou-se eventos festivos, como a comemoração do dia do apicultor, iniciativas como essas tem a tendência de impulsionar maior circulação de pessoas, conseqüentemente, maior visibilidade das feiras (circuitos) e aumento nas vendas. Os autores Pereira, Brito e Pereira (2017) argumentam que a feira gera uma teia de relações, tanto econômicas, por gerar renda no campo, como ainda dinamiza a economia local, além disso, promove relações sociocultural, por ser um espaço privilegiado de organização e participação social, onde ocorre troca de saberes e resgate de tradições, etc.

Os agricultores (feirantes) personificam o patrimônio histórico e cultural através do que produzem e vendem no local e, assim, participam na criação de um valor coletivo que tende a

preservar os processos que vem revitalizando as práticas sociais associadas à produção de alimentos na região. (FERRARI, 2013, p. 238)

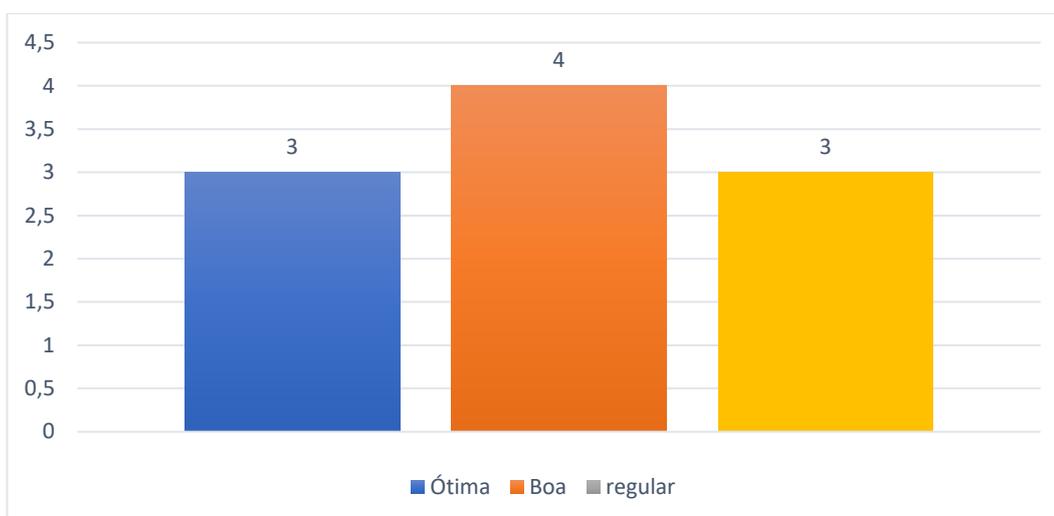
No mais, é importante ressaltar que dos dez participantes da pesquisa, sete são mulheres, que atuam tanto na produção como também nas relações comerciais, sendo assim, percebe-se a predominância da mulher em atividades no campo, por sua vez, isso fortalece a ideia de que as mulheres estão buscando sua independência financeira. Logo, a “[...] inserção das mulheres rurais em outros espaços significa a participação delas na esfera pública, que o processo de participação qualifica sua ação política e ressignifica o seu papel enquanto sujeito no espaço público e privado” (BRUNO *et al.*, 2011, p.68). Além disso, para Pereira, Brito e Pereira (2017, p. 76) “o protagonismo feminino neste espaço merece aprofundamentos de pesquisa e análise, para compreendê-lo como espaço de conquista e autonomia das mulheres rurais.”

4.4 Percepção dos agricultores e agricultoras sobre a feira-livre

O cenário encontrado nas duas feiras corroboram com a abordagem proposta por Scarabelot e Schneider (2012, p. 125,), o processo de fortalecimento dos agricultores familiares está conectado com o surgimento das cadeias agroalimentares curtas, pois, uma de suas principais características “[...] refere-se a sua capacidade de ressocializar ou “reespacializar” o alimento, que possibilitado movimentos positivos para os consumidores tanto quanto para os agricultores familiares. [...]”. Além disso, como aponta Silva *et al.* (2017) as feiras ainda conseguem promover o prolongamento da autonomia dos agricultores sob suas propriedades.

No Gráfico 3 pode ser observado que os agricultores dividiram opiniões, sobre a avaliação da feira, três avaliaram como ótima, quatro como boa, e três como regular. No geral, os dez feirantes relataram que através da feira eles conseguiram maior estabilidade financeira, pois as vendas aos atravessadores deixavam pouco retorno financeiro; e colocavam em xeque a autonomia do agricultor(a) sobre sua produção.

Gráfico 3 Avaliação das feiras pelos agricultores (as) familiares



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Sobre rendas extras que os agricultores(as) utilizam para complementar a renda familiar, dois recorrem ao mercado institucional, um ao bolsa família e outro a aposentadoria.

No contexto de preço praticado, os agricultores e agricultoras alegaram praticar o preço justo, pelo fato de não quererem explorar, e também seguir o ritmo do mercado. Apesar de que, tratando-se dos produtos orgânicos poderia ser cobrado um preço extra, mas segue o mesmo valor dos convencionais.

Ainda sobre os produtos orgânicos, algo recorrente nas feiras, concerne a falta de confiança por parte de alguns consumidores, os agricultores e agricultoras relataram que alguns consumidores chegam até eles e perguntam “Esse produto é orgânico mesmo?”. Para os agricultores isso é uma fragilidade para as vendas. No entanto, isso ocorre, eventualmente, quando ainda não se construiu uma relação de confiança entre produtor e consumidor.

Observa-se algumas instituições ativas para a manutenção e continuidade das atividades tanto dos agricultores no campo como na participação deles nas feiras. Pois, foi levantado durante a pesquisa que o Sebrae, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a prefeitura municipal disponibilizaram cursos de vendas, com intuito de possibilitar maior habilidade na hora das vendas nas feiras. Além disso, a UFAL ainda fornece assistência técnica para esses agricultores. Essas iniciativas na opinião dos agricultores são essências para a classe da agricultura familiar na região.

Scarabelot e Schneider concluem em seu trabalho que:

[...] os gestores locais e regionais, quando organizados, poderão ter papel ativo como atores das políticas de abastecimento e segurança alimentar quer sejam através de programas institucionais como o PAA ou PNAE, quer seja estabelecendo parâmetros que norteiem e regularizem alguns processos que levam a deslocalização do sistema agroalimentar. (2012, p. 127).

Ao longo das entrevistas, os dez entrevistados reclamaram que se tem pouca divulgação/publicidade sobre a existência das feiras, apesar da primeira feira já existir há dez anos, para eles, a prefeitura precisa divulgar mais sobre os dias de funcionamento, já que nos últimos meses houve uma redução no número de consumidores. Como relata o entrevistado 4 (2019) “A divulgação na rádio ajuda bastante, já chegou acontecer de após o radialista sair da feira, o pessoal chegar perguntando pelos produtos”.

Dentro do campo da divulgação requisitada pelos agricultores, compreende-se que tal exigência, caracteriza-se como uma função importante no processo de vendas, uma vez que; uma boa divulgação de determinado produto ou serviço pode melhorar em grande proporção as vendas. Conforme Araújo e Marjotta-Maistro (2017) abordam, as estratégias de marketing dentro dos mercados de proximidades, como feiras ecológicas, devem possibilitar conexões entre a produção e o consumo, promovendo maior visibilidade desses canais e, conseqüentemente, atraindo novos consumidores.

Todos agricultores e agricultoras participantes alegaram contribuir para a segurança alimentar dos seus clientes. Em especial os agricultores orgânicos, verificou-se a satisfação em produzir e vender produtos livre de agrotóxicos, por sua vez, garante produtos saudáveis tanto para os consumidores como também para sua família. Para a entrevistada 6 “[...] Uma alimentação saudável é necessária, a partir da produção orgânica, todos saem ganhando, a terra, a água, os consumidores, eu e a minha família”. Nessa abordagem Magnanti (2008) discute que a agricultura familiar tem um enfoque comercial que privilegia a segurança alimentar de produtores e consumidores, essa lógica difere da que rege o sistema convencional.

4.5 Circuitos curtos e sua relação com os agricultores familiares

A relação entre o circuito curto e o agricultor familiar, possibilita vários caminhos, tanto na questão econômica, social e cultural. Assim, observa-se fatores

além do aspecto econômico, como a formação de amizades, trocas de experiências, ou seja, esse espaço possibilita uma forma de sociabilidade em que o trabalho se mistura ao lazer. Como aponta Silva *et al.* (2017, p. 12) “[...] a relação dos feirantes com os consumidores vai além da troca mercantil, estando relacionada ao estabelecimento de relações pessoais e de geração de confiança. [...]”.

Essa relação de proximidade entre agricultor e consumidor é necessária, uma vez que, “Os clientes confiam em nós, nos nossos produtos, isso é importante pra nós [...]”, em consequência, “[...] temos clientes fiéis, que já mandam mensagens encomendando os produtos [...]” (entrevistada 1, 2019). Além disso, a credibilidade gerada a partir da venda direta possibilita aos agricultores saírem da inviabilidade gerada através das vendas via atravessadores, como coloca a entrevistada 2 (2019) “Antes erámos anônimos, vendíamos apenas para atravessadores, hoje através da feira construí novos laços de amizade, o pessoal manda mensagem encomendando produtos”.

Logo, compreende-se que o circuito curto é o “[...] local que as relações sociais de proximidade, interconhecimento e solidariedade são acionadas para promover mecanismos de confiança que acabam por, reduzir riscos e custos de transação.” (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012, p. 105). Sabourin corroborando com essa ideia de troca mercantil e relações sociais, aponta que a:

[...] teoria da reciprocidade permite interpretar o significado social e a lógica econômica construídos pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de práticas e prestações, que, muitas vezes, de maneira quase imperceptível, foram naturalizadas como pertencendo ao quadro da troca mercantil ou capitalista (2013, p. 204).

Além disso, ao serem perguntados como avaliaria a contribuição do circuito curto para a vida do agricultor familiar, o entrevistado 5 (2019) relatou que o CC gerou a “Oportunidade de vender os produtos diretamente aos consumidores”, como também, a entrevistada 2 (2019) proporcionou “[...]Vontade de produzir mais na roça, por garantia do local de venda, paga as contas com o dinheiro da feira.” Logo, percebe-se que os agricultores e agricultoras consideram a feira como elo

importante para a continuidade da classe da agricultura familiar na região, por saberem que tem para onde escoarem seus produtos, praticando o comércio justo³.

Dentre os motivos que levaram a participação no CC, os mais citados foram a necessidade de retorno financeiro e incentivo da prefeitura, incentivo esse que começa desde técnicos para as propriedades, como também a disponibilização de balanças, barracas, ajudante para montar as barracas, cursos de higienização dos alimentos, curso de vendas, transporte e isenção de imposto. O entrevistado 7 apontou que “a prefeitura preza pela permanência da feira do Ceci Cunha (feira 01)”, por ser um dos principais canais acessados pelos agricultores (as).

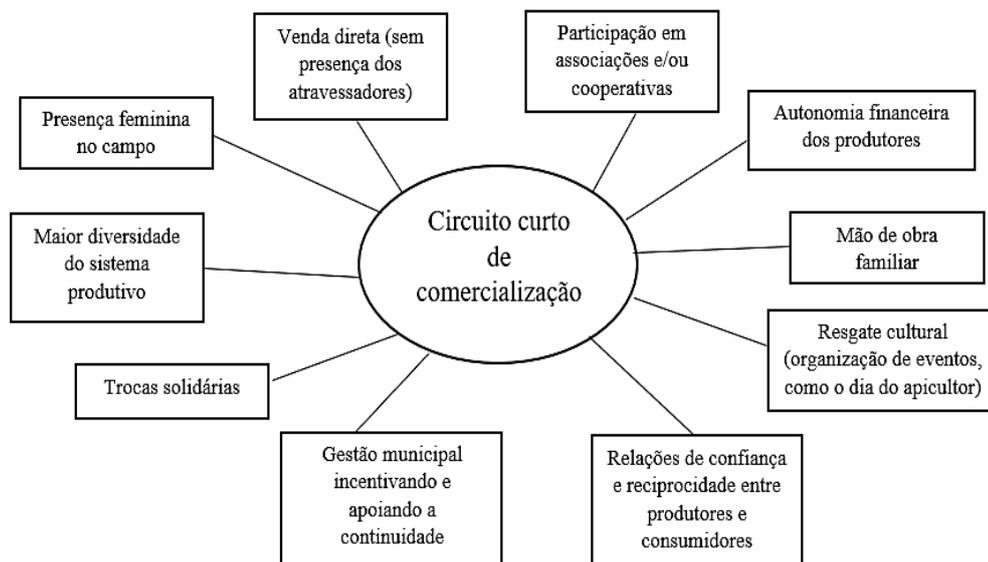
Sendo assim, nota-se que esses fatores são importantes para a relação produtor e circuito curto, pois caso haja a descontinuidade das feiras, os agricultores teriam que procurar outro local para escoarem seus produtos, por sua vez, poderia fragilizá-los, e talvez, fazer com que esses agricultores voltassem para as mãos dos atravessadores. Como abordam Scarabelot e Schneider (2012) a comercialização ainda vem sendo um dos entraves para esses agricultores.

Por esse ângulo, observou-se também, por meio desses incentivos por parte da prefeitura, boa parte dos agricultores aderiram a produção orgânica. A (6ª entrevistada, 2019) relatou “Sou bem orgulhosa em ser uma produtora orgânica, saber que posso colaborar na saúde do próximo, isso me alegra”. Nessa perspectiva Schneider e Ferrari (2015) associam as cadeias curtas a comercialização de produtos orgânicos.

Sobre a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e para o desenvolvimento rural, o entrevistado 5 (2019) pontuou que “Quando se tem uma maior atenção para a terra, a terra agradece, os nutrientes da terra melhoram, por isso produzir de forma orgânica é importante.”. Enquanto isso, o entrevistado 7 (2019) relatou que “Produzo orgânico tanto para o bem-estar da minha família, como dos consumidores. Além disso contribuo para melhoria da terra.”. Logo, percebe-se que os agricultores e agricultoras associam a produção orgânica tanto há uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos, como também, ao melhor uso da terra, ou seja, o uso consciente dos recursos naturais.

³ Nunes e Silva (2011, p. 76) apontam que “O comércio justo e solidário só acontece se houver uma relação de confiança entre produtores, distribuidores e consumidores. Tal relação de confiança pode ser direta, ou seja, esses atores se conhecerem entre si [...].”

Figura 9 Características da relação Circuitos Curtos e Agricultores familiares



Fonte: Autora, 2020.

A Figura 9 resume fatores importantes encontrados durante pesquisa de campo nos dois locais estudados, características essas que corroboram com a ideia apresentada por Darolt *et al.* (2016, p. 17) “O ato de participar em circuitos curtos e redes alimentares alternativas envolve valores sociais, econômicos, ambientais e políticos que contribuem para o consumo consciente”. As características encontradas são importantes, e cada uma merece atenção, podendo ser estudadas individualmente, para saber-se ao certo como ocorre essa relação do agricultor e circuito curto.

Além disso, com a presença do circuito curto na vida desses agricultores e agricultoras, notou-se que, eles enxergam a feira como forma de incentivo para continuar seus trabalhos no campo, ao mesmo tempo, ainda carecem de mais atenção e incentivos, como aponta a entrevistada 6.

O agricultor é responsável por um progresso grande em nosso país, até para nossos filhos tentamos mostrar que agricultura não é o fim, não é uma coisa que deve se parar, antigamente os pais sempre falavam para os filhos, “estuda meu filho, para ter uma vida melhor que a do seu pai”, hoje o cenário vem mudando, mas ainda precisamos de muito incentivo. (ENTREVISTADA 6, 2019).

Entre os principais problemas encontrados para comercialização dos seus produtos, esses estão centrados a pouca divulgação, como já mencionado, como também, a falta de reconhecimento por parte do governo a respeito da agricultura

familiar, e a vulnerabilidade dos alimentos durante o percurso até as feiras, as vezes causando a perda dos alimentos.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a primeira questão a considerar neste trabalho, após análise do conjunto dos resultados, é que a venda direta ao consumidor é importante, ao ponto que se torna necessária, não somente pela renda monetária para os produtores, mas também pelo fato de possibilitar ao produtor maior autonomia para organizar sua produção, e maior poder de negociação de preços. Por outro lado, além das questões puramente econômicas, também é formado um leque mais amplo de conhecimentos, troca de experiências (saberes) entre o rural e urbano, novas sociabilidades, pautadas na confiança, reciprocidade e respeito, além também, do resgate cultural, que seriam impossibilitadas, caso as vendas fossem realizadas via circuitos longos.

Além disso, verificou-se que a prefeitura municipal, o SEBRAE e a UFAL são importantes instituições que atuam para a continuidade das atividades no campo. O papel ativo dessas instituições, principalmente, da prefeitura no que se refere a infraestrutura da feira e apoio técnico nas propriedades; além também, das políticas de abastecimento e segurança alimentar, colabora para que esses agricultores tenham autonomia sob suas propriedades e sejam reconhecidos pelo seu trabalho.

Além de que, considerando que a autonomia na propriedade se manifesta na reorientação do manejo dos sistemas produtivos, para além da eliminação de insumos químicos, tem estimulado também a diversificação da produção. Tal iniciativa é uma forma de fugir dos padrões estabelecidos pelo sistema agroalimentar moderno, ao mesmo tempo que incentiva a mudança nos hábitos alimentares dos consumidores e aumenta sua pauta alimentar.

Em outro sentido, vale apontar as dificuldades encontradas durante o percurso da pesquisa, como a timidez dos participantes na hora de gravar as entrevistas. Além também, de problemas para encontrar o material bibliográfico para a construção do resgate histórico sobre as feiras em Arapiraca, Alagoas.

No mais, percebeu-se que o processo de revitalização das feiras direcionou para criação de sinergias e coesão social entre os atores envolvidos (agricultores, poder público e sociedade civil), pelo fato de emergir novas facetas do desenvolvimento rural, como a construção de mercado local, apoio a produção orgânica, e acesso a alimentos saudáveis no valor justo, essas ações, por sua vez;

favorecem o fortalecimento da agricultura familiar, contribui para a sustentabilidade e incentiva a economia local.

Por fim, considerando o contexto atual, dessa pandemia que vem se alastrando mundialmente, vale trazer a importância da realização de estudos futuros com os agricultores familiares participantes dessa pesquisa, uma vez que, com as normas que o governador do Estado determinou, a realização das feiras ficaram impossibilitadas de funcionar durante o período de quarentena. Então, é necessário buscar saber como esses agricultores sobressaíram a essa pandemia, desde questões econômicas, sociais, culturais e políticas.

REFERÊNCIAS

- ANACLETO, P. Arapiraca 95 anos: cultura do fumo volta a crescer e reaquece o setor. **Prefeitura de Arapiraca**, 2019. Disponível:<<http://web.arapiraca.al.gov.br/2019/10/arapiraca-95-anos-cultura-do-fumo-volta-a-crescer-e-reaquece-setor/>>. Acesso em 04 de maio de 2020.
- AQUINO, J. SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. UFRN, v. 1. p. 1-21. Natal. **Anais**, 2010.
- ARAPIRACA. PREFEITURA MUNICIPAL: Biblioteca Pública Prof. Pedro de França Reis, Seção Recortes: **Alagoas em tempo**, 2004.
- ARAPIRACA. PREFEITURA MUNICIPAL: Biblioteca Pública Prof. Pedro de França Reis, Seção Recortes: *Feira Livre de Arapiraca*, 1993.
- ARAÚJO, H. M.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C. Contribuições das estratégias de marketing e do comportamento do consumidor para a construção do sistema alimentar de base ecológica. **Espacios**, Vol. 38, n. 29, p. 21, 2017.
- AZEVEDO, F. F.; QUEIROZ, T. A. N. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XVIII, nº 1009. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1009.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BALBINO, E. **Feira livre fez história e torna Arapiraca referência regional**. Prefeitura de Arapiraca, 2017. Disponível em:<<http://web.arapiraca.al.gov.br/2017/10/feira-livre-fez-historia-e-torna-arapiraca-referencia-regional/>>. Acesso em 10 de jul. de 2019.
- BANCO DO NORDESTE. Informações Socioeconômicas Municipais, Município: Arapiraca, Alagoas. **Relatório**, 2017. Disponível em:<<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1309601/Relat%C3%B3rio+Arapiraca.pdf/eb35aa2c-3f2c-efc-3134-e8ee3ad1b929>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
- BARBOSA, L. C. G.; LAGES, André Maia Gomes. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. **Anais do III Encontro da ANPPAS**, 2006.
- BARBOSA, LCG; LAGES, A. M. G. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. **Anais do III Encontro da ANPPAS**, 2006.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.
- BORJA, et al, Sistemas alimentares locais: um caso de sucesso entre consumidores urbanos do Equador, revista agriculturas: experiências em agroecologia. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 27-31, jun. de 2013.

BRASIL, Atlas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2019. Disponível em :< http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/arapiraca_al>. Acesso em 11 de jun. de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em:<<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Brasília: **MDA**, 2009. Disponível em:<<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

BRUNO, R. *et al.* Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I (orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.55-84.

BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. **CEP**, v. 71, p. 450, 2006.

BUAINAIN, A. M. et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, 2003.

CANELLAS, J. M; ALVES, C. E. S. Caracterização das cadeias curtas de abastecimento de alimentos. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.14 n.25; p. 2017.

CARMO, J. C. *et al.* Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, p. 155-180, jan./abr. 2016.

CARVALHO, C. P. Formação histórica de Alagoas. **Maceió: Edufal**, 2015.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 95, p. 143-180, 2015.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts : évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, fev./mar. 2007.

CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. **Os atores do desenvolvimento rural**: práticas produtivas e processos sociais emergentes. Porto Alegre: UFRGS, p. 67-90, 2011.

CONTERATO, Marcelo Antônio et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. Os atores do desenvolvimento rural: práticas produtivas e processos sociais emergentes. Porto Alegre: **UFRGS**, p. 67-90, 2011.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In. NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, p.139-167.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, 2016.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista agrícolas**: Experiências em Agroecologia, v. 10, n. 2, p. 8–13, 2013.

DUARTE, S. C. L.; THOMÉ, K. M. Short food supply chain: estado da arte na academia brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2015.

FEIRA livre de Arapiraca ameaçada de extinção. Arapiraca: Alagoas em Tempo, Biblioteca Pública Prof. Pedro de França Reis, 2003.

FERRARI; D. L. A teia da qualidade, do *EMBEDDEDNESS* e do local para construção de cadeias agroalimentares curtas: o caso dos agricultores familiares em Santa Catarina. In. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos / Marcelo Antonio Conterato. [et al.] (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 358 p.: il. (Difusão IEPE/UFRGS) p. 225-253.

FORNAZIER, A; WAQUIL, P. D. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. In. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos / Marcelo Antonio Conterato. [et al.] (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 358 p.: il. (Difusão IEPE/UFRGS) p. 61-77.

GALDINO DANTAS, G. P. Feiras no Nordeste. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 7, n. 13, p. 87-101, 2008.

GODOY, W. I.; DOS ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

GUEDES, Z. **Feira de Arapiraca**. In: IV Encontro Estadual Vídeo Escola, Arapiraca, 1992.

MACEDO; V. O. **Raízes e frutos de Arapiraca**. Biblioteca Pública Prof. Pedro de França Reis, 1992.

MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 5 – n.º 2, p. 26-29, jun. 2008.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299–322, 2004.

MARISCO, L.; SOUZA, J. Reestruturação urbana e a dinâmica socioeconômica em cidade médias: o caso de Arapiraca, Alagoas. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, v. 1, 2009.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G.. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MEDEIROS; M.; MARQUES F. C. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. In. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos** / Marcelo Antonio Conterato [et al.] (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 358 p.: il. (Difusão IEPE/UFRGS) p. 114-132.

MODEL, P. A.; DENARDIN, V. F. Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matinfreira-PR. **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente** (ENGEMA), 2014.

NARDI, J. B. **Acabou-se o fumo**: Formação Socioeconômica e espacial em Arapiraca-AL, Ed. Gráfica, Maceió, Alagoas, 2010.

NUNES, C. G. F.; SILVA, P. H. I. **Rumo a um novo mercado**: uma abordagem sociológica do comércio justo e solidário. 2011.

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017.

Perez-Cassarino, J. (2012). A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Curitiba, 2012. **Tese** (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2012.

PLOEG, J.D.V.D. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: **UFRGS**, 2008.

SABOURIN; E. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. In. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos** / Marcelo Antonio Conterato. [et al.] (Org.). – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 358 p.: il. (Difusão IEPE/UFRGS). p. 190-210.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 95-102, 2007.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local—um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 101, 2012.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 17, n. 1, 2015, p. 56-71. Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In. **Marques, FC, Conterato, MA, Schneider, S., Eds**, p. 93-140, 2016.

SILVA, G. P. da et al. **A construção social dos circuitos curtos de comercialização e consumo de alimentos: a emergência de novas institucionalidades**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

SILVA, G. P. et al. Perfil e percepções dos feirantes em relação a feira livre dos municípios de São Pedro do sul (RS) e Santo Augusto (RS). **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 2, p. 3203-3212, 2014.

SILVA, M. N. et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Espacios**, v. 38, n. 47, p. 7, 2017.

SOUZA-SEIDL, R. BILLAUD. JEAN-PAUL. O casamento entre os circuitos curtos e a agricultura de base. In. BRANDENBURG, A. BILLAUD. JEAN-PAUL; LAMINE, C. **Redes de Agroecologias: experiências no Brasil e na França** Organizadores, Kariós Edições, 2015, p.134-170.

SPOSITO, E. C.; DE ABREU, L. S. Diversidade da produção familiar e da comercialização de produtos orgânicos de Vitória (ES). **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 3, p. 292-315, 2017.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de desarrollo rural**, v. 12, n. 75, p. 55-75, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.